

PROSPECTO DEFINITIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA 3ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO

CRÉDITO UNIVERSITÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

("FUNDO")

CNPJ nº 08.417.544/0001-65

R\$150.000.000,00

(cento e cinquenta milhões de reais)

Standard & Poor's BrAf

CÓDIGO ISIN: BRIDLQCTF032

Classificação do FUNDO junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID")

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Registro na CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/[*] mediante correspondência protocolada em [*] de [*] de 2008, com registro de distribuição concedido pela CVM em [*] de [*] de 2008.

Data do Prospecto: 31/10/2008

Aprovada a emissão da 3ª série de quotas seniores do Fundo em 30 de setembro de 2008, pela Assembleia Geral de Quotistas realizada nesta data.

Base Legal: O FUNDO está em conformidade com a Instrução CVM 356/2001 e posteriores modificações.

O regulamento original do FUNDO sofreu alterações, de acordo com o seguinte histórico: 1. AGQ de 16.10.2008, registrado sob o nº 1119179, em 06.10.2008, no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos. 2. AGQ de 29.04.2008, registrado sob o nº 1108436, em 29.04.2008, no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos. 3. Ato do Administrador de 28.04.2008, para suprir exigência do ofício CVM nº 640/2008, registrado sob o nº 1108323 em 28.04.2008 no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos. 4. Ato do Administrador de 03.04.2008, para suprir exigência do ofício CVM nº 406/2008, registrado sob o nº 1106847 em 04.04.2008 no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos. 5. AGQ em 28.01.2008, registrado sob o nº 1102709 em 07.02.2008, no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos. 6. AGQ em 12.07.2007, registrado sob o nº 1087788 em 25.07.2007 no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos. 7. AGQ em 20.04.2007, registrado sob o nº 1079913 em 27.04.2007 no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos. 8. 4º Inst. de Alteração em 20.03.2007, registrado sob o nº 1076325 em 20.03.2007 no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos. 9. 3º Inst. de Alteração em 05.01.2007, registrado sob o nº 1070158 em 05.01.2007 no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos. 10. 2º Inst. de Alteração em 03.01.2007, registrado sob o nº 1070010 em 04.01.2007 no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos. 11. 1º Inst. de Alteração em 20.12.2006, registrado sob o nº 1068926 em 20.12.2006 no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos.

EMIÇÃO DE ATÉ 150.000.000,00 (CENTO E CINQUENTA MILHÕES) DE QUOTAS DA CLASSE SÊNIOR, 3ª SÉRIE, COM DURAÇÃO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, PELO VALOR APURADO NO DIA DA EFETIVA INTEGRAÇÃO, CONFORME DELIBERADA À ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2008.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM OU DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, SEU ADMINISTRADOR E DAS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

O INVESTIMENTO NO FUNDO SUJEITA O INVESTIDOR A RISCOS, CONFORME DESCRITO NA SEÇÃO FATORES DE RISCO NAS PÁGINAS 14 A 15 DESTE PROSPECTO. AINDA QUE A GESTORA MANTENHA UM SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS INVESTIDORES.

O FUNDO, constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos que destina parcela preponderante do respectivo patrimônio líquido para a aplicação em direitos creditórios e o restante nas demais modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observadas as limitações previstas no Regulamento e na regulamentação em vigor.

O FUNDO é administrado e distribuído pela ADMINISTRADORA, sendo que a administração de sua carteira fica a cargo da GESTORA.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o regulamento do FUNDO ("Regulamento"), porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, ressaltando a importância das seções "Fatores de Risco" e "Política de Investimento", bem como às disposições do Prospecto que tratam dos fatores de risco a que o FUNDO está exposto.

Todo e qualquer quotista, ao ingressar no FUNDO, deve atestar, por meio de termo de adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do FUNDO e de sua política de investimento, das taxas devidas à ADMINISTRADORA e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do FUNDO.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários, bem como às disposições do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID para a Indústria de Fundos de Investimento. A autorização para o funcionamento e/ou venda das quotas deste FUNDO não implica, por parte da CVM ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do FUNDO, e seu ADMINISTRADOR ou das demais instituições prestadoras de serviços.

A ADMINISTRADORA, POR SEU DIRETOR RESPONSÁVEL JOSÉ CARLOS LOPES XAVIER DE OLIVEIRA, DECLARA QUE É RESPONSÁVEL PELA VERACIDADE, CONSISTÊNCIA, QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS POR OCASIÃO DO REGISTRO E FORNECIDAS AO MERCADO DURANTE A DISTRIBUIÇÃO E QUE QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E DISTRIBUIÇÃO DA 3ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO FUNDO PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À INSTITUIÇÃO LÍDER E NA CVM.

ADICIONALMENTE, A ADMINISTRADORA, NA QUALIDADE DE COORDENADORA DA DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA, POR SEU DIRETOR RESPONSÁVEL JOSÉ CARLOS LOPES XAVIER DE OLIVEIRA, DECLARA QUE SÃO VERDADEIRAS, CONSISTENTES, CORRETAS E SUFICIENTES, PERMITINDO AOS INVESTIDORES UMA TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA; E AINDA, DECLARA QUE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO MERCADO DURANTE TODO O PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO, INCLUSIVE OS EVENTUAIS OU PERIÓDICAS E QUE VENHAM A INTEGRAR O PROSPECTO SÃO SUFICIENTES PERMITINDO AOS INVESTIDORES A TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA.

Antes de tomar uma decisão de investimento no FUNDO, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos a seguir.

O investimento em quotas do FUNDO não contará com garantia da Instituição ADMINISTRADORA, da GESTORA ou do FUNDO Garantidor de Crédito - FGC.

Administração e Distribuição

Gestão

Custódia, Controladoria e Tesouraria



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS



EDUCAÇÃO É INVESTIMENTO



Deutsche Bank



Assessoria Legal



Auditoria



ÍNDICE

1.	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO E DA OFERTA.....	3
2.	CONDIÇÕES E PRAZOS DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO	7
3.	DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DAS QUOTAS	8
3.1	Emissão.....	9
3.2	Emissão de Quotas Seniores	9
3.3	Cronograma da Oferta.....	11
3.4	Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta	11
3.5	Amortização	12
3.6	Prazo de duração do FUNDO.....	12
4.	DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	13
5.	FATORES DE RISCO	14
6.	POLÍTICA DE INVESTIMENTO.....	16
6.1	Funcionamento Operacional do FUNDO	18
6.2.	Taxa de Desconto	18
6.3.	Política de Recuperação de Créditos.....	20
6.4	Padrões de inadimplência, concentração e características dos sacados (Clientes)	20
6.5	Funcionamento Operacional do FUNDO	23
7.	COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	24
8.	TAXAS E ENCARGOS.....	26
8.1	Taxa de Administração	26
8.2	Encargos do FUNDO.....	26
8.3.	Custos da Distribuição	27
9.	PERFIL E HISTÓRICO DA ADMINISTRADORA.....	28
10.	PERFIL E HISTÓRICO DA GESTORA	29
11.	METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS.....	30
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	31
13.	TRIBUTAÇÃO	32
14.	LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA.....	33
15.	ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS.....	34

ANEXOS

Regulamento Vigente do Fundo (e respectivos suplementos).....	37
Relatório Classificação de Risco.....	64
Demonstrações Financeiras e Informações Periódicas.....	73

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO E DA OFERTA

O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado.

O prazo de duração do FUNDO é de 20 (vinte) anos, com início a partir da data de registro junto à CVM, podendo este prazo ser prorrogado ou reduzido por deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, possuindo as quotas subordinadas igual prazo. As quotas seniores da presente oferta, por sua vez, tem o prazo de 15 (quinze) meses, contados da 1ª integralização de quotas da série.

O FUNDO tem por objetivo alcançar a melhor valorização possível para as quotas subordinadas, projetando um retorno superior à média alcançada por investimentos tradicionais de renda fixa no mercado. Em relação às quotas seniores desta oferta, o objetivo é alcançar uma valorização, pré-fixada, de CDI + 3% a.a. (três por cento ao ano).

O público alvo das quotas seniores do FUNDO são investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/2004 e a fundos de investimentos classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, desde que dentro dos limites impostos pelo citado normativo, que buscam rentabilidade superior à média alcançada por investimentos tradicionais em renda fixa e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes ao FUNDO.

As quotas subordinadas são subscritas e integralizadas, com exclusividade, pela GESTORA, que se enquadra como investidora qualificada, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/2004.

Simultaneamente, o FUNDO procura adotar um comportamento ético e socialmente responsável em relação ao setor educacional, e disseminar o conceito de responsabilidade social entre as entidades do setor educacional. Os objetivos do FUNDO são alcançados através da aplicação de recursos em direitos creditórios oriundos de empréstimos a alunos de instituições de ensino, viabilizando o acesso destes à educação, por meio de instituições financeiras que têm por escopo conceder financiamentos a esses alunos devidamente inscritos e pré-aprovados no programa “Pra Valer”, através de Contrato de Crédito Direto ao Consumidor Universitário. As instituições financeiras que concederão os financiamentos possuem, dentre suas políticas de crédito, a verificação dos dados da proposta dos alunos a serem submetidos a um sistema de pontuação que avalie e classifique a qualidade dos créditos.

O FUNDO aplicará seus recursos em direitos creditórios (“Direitos Creditórios”) vincendos, decorrentes de “Contratos de Empréstimo”, oriundos do segmento educacional ou de instituições financeiras, que podem ser:

- a) contratos de crédito direto ao consumidor, que tenham como parte clientes que buscam crédito para pagamento de prestação de serviços educacionais (“Clientes”) e instituições financeiras regularmente autorizadas pelo Banco Central do Brasil (“Cedentes”); ou
- b) contratos de mútuo, que tenham como parte alunos ou seus representantes (“Clientes”) e instituições de ensino (“Cedentes”), sempre com o escopo de financiar débitos advindos de serviços educacionais já prestados.

Os Direitos Creditórios serão sempre adquiridos pelo FUNDO, através de contratos de cessão de direitos creditórios (individualmente, “Contrato de Cessão”) celebrados com as Cedentes, mediante negociações realizadas a taxas de mercado. Os referidos contratos deverão prever a possibilidade de cobrança dos Direitos Creditórios diretamente pelo FUNDO, podendo este indicar aos Devedores conta corrente de sua titularidade para a realização dos pagamentos.

São, ainda, características presentes nos Contratos de Cessão:

- a) a cessão e transferência por parte das Cedentes ao FUNDO dos créditos provenientes de operações de empréstimo realizadas com Clientes, empréstimos estes destinados ao financiamento de matrículas e semestralidades devidas a instituições de ensino a título de pagamento de serviços educacionais, conforme pactuados nos seus respectivos Contratos de Empréstimo;
- b) a cessão e transferência dos créditos contam com todas as garantias prestadas pelos Clientes e eventuais co-obrigados para garantir o pagamento dos mesmos, especialmente a(s) nota(s) promissória(s) emitidas pelos Clientes em favor das Cedentes, quando da celebração dos Contratos de Empréstimo.

Até o momento, o único Cedente, que representa 100% (cem por cento) dos créditos cedidos ao FUNDO, é o Banco ABC Brasil S.A. (“ABC”), banco múltiplo habilitado a operar nas carteiras Comercial, de Investimentos, Financeira, Crédito Imobiliário e Câmbio, tendo como tipo societário sociedade anônima. A principal linha de negócios do ABC é a intermediação financeira voltada para operações que envolvam análise e assunção de riscos de crédito. As operações estruturadas, principalmente de mercado de capitais, com vistas ao financiamento corporativo, complementam esta atividade. A arbitragem de mercados, taxas e moedas, tanto decorrentes das operações demandadas pelos clientes, quando de posições proprietárias, são desenvolvidas regularmente. O ABC adota uma postura conservadora com baixa propensão ao risco nos seus negócios de crédito e tesouraria.

No entanto, a GESTORA vem analisando a oportunidade de aquisição de Direitos Creditórios do Banco Fibra S.A., sendo este um potencial futuro Cedente do FUNDO. Este banco iniciou suas atividades em 1987, como Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e que em seguida, em 1989, recebeu autorização do Banco Central do Brasil para atuar como banco múltiplo. O Banco Fibra reforça suas atividades como banco comercial, optando por atuar principalmente nos segmentos de "middle market" e "upper middle market". Em 2006, houve a consolidação dos três pilares de sua atuação – Crédito para empresas, Crédito Varejo e Finanças; e Expansão comercial e ampliação de presença nacional. A área de Crédito para Empresas é focada no atendimento a empresas de médio e grande porte, com entregas pautadas em soluções financeiras para seus clientes. Dedicar-se ao atendimento a empresas através de operações de crédito que vão do financiamento do comércio exterior à oferta de capital de giro, passando pelo financiamento à produção via repasses do BNDES e estruturas de financiamento de longo prazo.

O FUNDO contará com os seguintes prestadores de serviços, adicionalmente à ADMINISTRADORA e a GESTORA já identificados:

- a) **Custódia, Controladoria e Escrituração de Quotas - Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão**, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, que fará jus à remuneração mensal de R\$ 11.070,00 (onze mil e setenta reais) ou 0,025% a.a. (zero vírgula zero vinte e cinco por cento ao ano) sobre o patrimônio líquido do FUNDO, o qual é responsável pelas atividades abaixo descritas, de acordo com o disposto na Instrução CVM nº 356/01:
 - i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações financeiras, comerciais e de serviços;
 - ii) validar os direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos neste regulamento;
 - iii) realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;
 - iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO;
 - v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo fundo e órgãos reguladores; e
 - vi) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.
- b) **Auditoria Independente** –A empresa **Terco Grant Thornton Auditores Independentes Sociedade Simples**, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 13.797, Bl. II, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.326.016/0001-99, que fará jus à remuneração anual de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), o qual é responsável pelas atividades abaixo descritas, de acordo com o disposto na Instrução CVM nº 356/01:
 - i) emitir relatórios e pareceres sobre a situação do FUNDO;
 - ii) elaborar as demonstrações financeiras e fazer a revisão das contas do FUNDO;
- c) **Classificação de Risco** - O FUNDO e seus ativos serão classificados e avaliados, trimestralmente, pela agência de classificação **Standard & Poor's**, nome fantasia da **McGraw Hill Interamericana do Brasil Ltda.**, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1253, 10º andar, São Paulo – SP, que fará jus à remuneração aproximada de R\$ 46.250,00 a.a. (quarenta e seis mil duzentos e cinquenta reais anuais) e R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais) por emissão de uma nova série de cotas, o qual é responsável pela apresentação de relatório de classificação de risco do FUNDO ou de seus direitos creditórios e demais ativos integrantes de sua carteira.

Não há qualquer tipo de relação societária ou ligação contratual entre os administradores e acionistas controladores do ofertante, o gestor, o custodiante, originadores, cedentes, provedores de reforço de crédito, devedores expressivos, e outros prestadores de serviços.

Será feita a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) do FUNDO, atualizada semanalmente pelo CUSTODIANTE, de acordo com os critérios estabelecidos pela tabela COSIF do Banco Central, nos termos da tabela abaixo:

Regras de Provisão			
Níveis de Risco	Dias em Atraso	Dias em Atraso	PDD
AA	0	0	0%
A	1	14	0,5%
B	15	30	1%
C	31	60	3%
D	61	90	10%
E	91	120	30%
F	121	150	50%
G	151	180	70%
H	181		100%

2. CONDIÇÕES E PRAZOS DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

As quotas seniores serão nominativas e escriturais. Não será cobrada taxa de ingresso ou saída dos subscritores.

As quotas emitidas pelo FUNDO são divididas em quotas da classe sênior e quotas da classe subordinada. Cada classe e série de quotas conferirá a seus titulares iguais direitos e obrigações, salvo as preferências atribuídas às quotas da classe sênior contempladas no Regulamento. Entende-se por quotas seniores aquelas que farão jus à preferência no resgate final e nas amortizações, enquanto as quotas subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após a respectiva amortização ou resgate final de todas as quotas de classe sênior, nas condições previstas no Regulamento e a seguir.

As quotas serão subscritas no prazo máximo de distribuição de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série de quotas.

Caso não seja subscrito o número máximo de quotas, mas se tenha alcançado o número mínimo, a ADMINISTRADORA poderá comunicar à CVM, e aos quotistas que já tenham subscrito quotas, o cancelamento das demais quotas.

A colocação das quotas seniores do FUNDO será pública, com a participação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

As quotas serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito ou crédito em conta corrente ou documento de ordem de crédito, que poderão ser integralizadas por meio da CETIP.

As quotas subscritas deverão ser integralizadas pelos quotistas em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do respectivo boletim de subscrição.

Caso a integralização caia em feriado de âmbito nacional a sua efetivação será automaticamente postergada para o primeiro dia útil subsequente ao do feriado.

3. DIREITOS, E RESTRIÇÕES DAS QUOTAS

As quotas subordinadas serão remuneradas após a remuneração das quotas seniores, podendo apresentar valores diferentes daquelas. As quotas da classe subordinadas representarão no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do FUNDO. A relação mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor das quotas seniores será, portanto, de 1,11 (um vírgula onze), salvo a existência de suplemento em vigor, com a determinação de percentual mínimo de subordinação superior, hipótese em que, durante o prazo de duração da série, este percentual adicional deverá ser respeitado. Tal relação será apurada e divulgada aos quotistas a cada solicitação pelo quotista. Caso se verifique que a relação mínima não foi mantida, será convocada assembléia geral de quotistas para deliberar sobre o assunto.

Admite-se que a amortização e o resgate final das quotas subordinadas sejam efetuados em direitos creditórios, mediante prévia deliberação da assembléia geral de quotistas, neste sentido.

O valor das quotas do FUNDO será apurado da seguinte forma:

a) **Quotas da Classe Sênior: o valor unitário das quotas da classe sênior será o menor entre:**

$$i) \quad VSn_{D0} = \frac{Fn \times PL}{Qn}$$

Onde:

$$F_n = \frac{VSn_{D-1} \times (1 + Tn)^{\frac{1}{252}} \times Qn}{\sum_{i=1}^n VSi_{D-1} \times (1 + Ti)^{\frac{1}{252}} \times Qi}$$

F_n = Fator de participação da n-ésima série sênior no Patrimônio Sênior do Fundo

VSn^{-1} = Valor da quota sênior da n-ésima série em D-1

VSn = Valor da quota sênior da n-ésima série em D+0

T_n = Meta de rentabilidade da n-ésima série da quota sênior

Q_n = Número de quotas sênior da n-ésima série em D+0

N = Total de séries de quotas seniores emitidas

PL = Patrimônio Líquido do Fundo

$$ii) \quad VSn_{D0} = VSn_{D-1} \times (1 + Tn)^{\frac{1}{252}}$$

Onde:

VSn^{-1} = Valor da quota sênior da n-ésima série em D-1

VSn = Valor da quota sênior da n-ésima série em D+0

T_n = Meta de rentabilidade da n-ésima série da quota sênior

- b) **Quotas da Classe Subordinada:** A partir da data da 1ª integralização de quotas subordinadas, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das quotas seniores em circulação, dividido pelo número de quotas subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

3.1 Emissão

As quotas seniores e subordinadas serão emitidas pelo valor da cota no dia da integralização.

Para cálculo do número de quotas a que tem direito o investidor, serão deduzidas do valor entregue à ADMINISTRADORA as taxas e despesas convencionadas no Regulamento.

3.2 EMISSÃO DA 3ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES:

Emissor:	Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Administradora:	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Distribuidores:	A própria Administradora como líder
Valor total da emissão:	Até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais)
O Valor Unitário de Emissão:	R\$ 1,00 (um real), devendo a integralização em datas subseqüentes à emissão ocorrer conforme o valor unitário calculado todo dia útil, nos termos do Regulamento;
Valor total mínimo da emissão:	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
Número de séries:	3ª Série de quotas seniores
Data Estimada de Emissão:	30 de outubro de 2008
Prazo de Duração:	24 (vinte e quatro) meses contados da 1ª integralização de quotas da presente emissão.
Rentabilidade esperada:	O objetivo é alcançar uma valorização de CDI + 3% a.a. (três por cento ao ano) para esta série de quotas seniores.
Quantidade de quotas	até 150.000.000 (cento e cinquenta milhões), conforme cálculo do valor unitário de cada quota na data da integralização, podendo as quotas que sobejarem serem canceladas pela ADMINISTRADORA
Data de Resgate:	15 de outubro de 2010
Percentual Mínimo de Subordinação	
Durante o Prazo de Duração desta Série:	Será o maior entre: <ul style="list-style-type: none"> i) $PS = 0.25 \times PL$ ii) $PS = 0.25 \times (DC1 - PDD1) + 1.00 \times (DC2 - PDD2)$

Onde:

PL = Patrimônio Líquido total;

PS = Patrimônio Líquido subordinado;

DC1 = Direitos Creditórios com vencimento antes do final da cota sênior;

DC2 = Direitos Creditórios com vencimento após o final da cota sênior;

PDD1 = Provisão de Devedores Duvidosos dos Direitos Creditórios com vencimento antes do final da cota sênior;

PDD2 = Provisão de Devedores Duvidosos dos Direitos Creditórios com vencimento após o final da cota sênior.

Esta relação será apurada mensalmente no último dia de cada mês.

Não obstante, em sendo verificado o desenquadramento do limite previsto no inciso "ii", acima, anteriormente à convocação de Assembleia Geral para os fins previstos no item 9.24. do Regulamento, o Gestor terá o prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias para reenquadrar o Patrimônio Subordinado exigido. O limite mínimo previsto no inciso "i", acima, é intransponível, ensejando a imediata convocação da referida Assembleia Geral, caso venha a ser desrespeitado.

Amortizações Programadas:

Serão realizadas amortizações calculadas conforme fórmula abaixo, nas datas programadas, nos termos da tabela a seguir:

$$VAMT = VQS(T) \times (1/(18 - (M - 1)))$$

Onde: VAMT é o valor de amortização das Cotas Seniores;

VQS(T) é o valor unitário da Cota Sênior na data da amortização;

(T) M é o número do mês em que será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 18 (última amortização).

Datas de Amortização
15/05/2009
15/06/2009
14/07/2009
14/08/2009
15/09/2009
15/10/2009
16/11/2009
14/12/2009
15/01/2010
12/02/2010
12/03/2010
15/04/2010
14/05/2010
15/06/2010
14/07/2010
13/08/2010
15/09/2010
15/10/2010

Taxa de ingresso ou de saída do FUNDO:	Não será cobrada dos subscritores.
Integralização:	Em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do respectivo boletim de subscrição.
Forma de colocação:	Pública, com participação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

O valor mínimo para subscrição de quotas seniores, por quotista, é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

As quotas seniores do FUNDO encontram-se registradas para negociação secundária no CETIP, bem como sujeitas à admissão de registro no BOVESPA FIX e no SOMA FIX, administrados pela BM&FBOvespa S.A.– Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (doravante denominada “BM&FBOVESPA”), sendo as quotas custodiadas e os negócios liquidados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC.

Não há garantia de que tais cotas serão efetivamente admitidas à negociação secundária na BM&FBOVESPA e nem quanto ao prazo em que este registro ocorrerá, tendo em vista que tal fato depende, com exclusividade, da análise da BM&FBOVESPA.

3.3. Cronograma da Oferta de Quotas Seniores da 3ª Série:

Data Estimada de início de Distribuição (publicação do anúncio):	04/11/2008
Prazo de Colocação:	Até 180 dias
Manifestação de aceitação da oferta pelos investidores:	27/04/2009
Data de encerramento de Distribuição:	até 30/04/2009 ou conforme anúncio de encerramento.
Subscrição:	até 27/04/2009.
Divulgação do resultado da oferta:	Será divulgado o resultado da oferta por publicação em jornal do anúncio de encerramento, na data de encerramento da distribuição.

3.4. Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta

A ADMINISTRADORA poderá solicitar à CVM que permita a modificação ou revogação da oferta das cotas, na hipótese de se verificar alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo FUNDO e inerentes à própria oferta. O pleito de modificação da oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do ofertante, prorrogar o prazo da oferta por até 90 (noventa) dias. É sempre permitida a modificação da oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da oferta estabelecida pelo ofertante.

A revogação da oferta torna ineficazes, além da própria oferta, os atos de aceitação anteriores ou posteriores, sendo restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida à cotas ofertadas, acrescidos da respectiva remuneração incidente desde a data de subscrição até a data da efetiva restituição.

Os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento, através de correspondência protocolada na sede da ADMINISTRADORA, o interesse em manter a aceitação da oferta, presumida a intenção de sua manutenção na hipótese de silêncio.

Na hipótese de o investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à presente oferta, terá direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às cotas subscritas, acrescidos da respectiva remuneração incidente desde a data de subscrição até a data da efetiva restituição.

3.5 Amortização

A amortização priorizará o pagamento das quotas seniores e sua respectiva rentabilidade esperada no período, cujo pagamento deverá ser feito no décimo dia útil de cada mês, ressalvada a hipótese de período de carência, conforme programação do respectivo suplemento. A amortização das quotas subordinadas obedecerá à mesma periodicidade e será sempre igual ou inferior ao valor total disponível no caixa do FUNDO após a amortização das quotas seniores, estando condicionada à recomendação expressa da GESTORA. O valor em caixa após as amortizações deverá ser igual ou superior ao valor estimado dos encargos do FUNDO pelos próximos 30 (trinta) dias, sem prejuízo da manutenção no item 3 acima.

Para efeitos de amortização de quotas, será considerado o valor da quota vigente na data de amortização, deduzido de eventuais despesas, tributos e taxas conforme estabelecido no Regulamento do FUNDO.

A amortização de quotas deverá ser feita através de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente do quotista. Para os investidores que tiverem suas quotas custodiadas na CBLC, o pagamento da amortização será efetuado de acordo com os procedimentos adotados pela CBLC.

Não haverá resgate de quotas a não ser por ocasião do término do prazo de duração do FUNDO ou de sua liquidação. Caso o resgate de quotas, a ocorrer nos referidos momentos, coincida com data que seja feriado em âmbito nacional ou na cidade de São Paulo, a efetivação do resgate será automaticamente postergada para o primeiro dia útil subsequente ao do feriado.

Somente poderá ser realizada a amortização ou o resgate final das quotas subordinadas após a realização da amortização ou resgate final de todas as quotas de classe sênior do FUNDO.

As quotas seniores do FUNDO poderão ser negociadas em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, cabendo ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente das quotas.

3.6. Prazo de duração do FUNDO

O prazo de duração do FUNDO é de 20 (vinte) anos, com início a partir da data do registro junto à CVM, podendo este prazo ser prorrogado ou reduzido por deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, possuindo as quotas subordinadas igual prazo. As quotas seniores, por sua vez, têm o prazo de 15 (quinze) meses, contados a partir da primeira integralização de quotas seniores do FUNDO.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da presente distribuição permitirão ao FUNDO a aquisição de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu patrimônio líquido em direitos creditórios, e o restante em outros ativos permitidos pela legislação aplicável ao FUNDO, conforme previsto no Regulamento do FUNDO.

5. FATORES DE RISCO

A carteira do FUNDO, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados abaixo. O investidor, antes de adquirir quotas do FUNDO, deve ler cuidadosamente este item, responsabilizando-se pelo seu investimento em quotas do FUNDO.

As aplicações do FUNDO não contam com garantia de instituição ADMINISTRADORA, da GESTORA, ou do FUNDO Garantidor de Créditos – FGC.

O FUNDO não aplica em *warrants* e em contratos mercantis de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega ou prestação futura, bem como em títulos ou certificados representativos desses contratos.

Poderá ocorrer perda de capital investido, inclusive o patrimônio do FUNDO poderá tornar-se negativo, em decorrência do risco intrínseco aos ativos que compõem a carteira do FUNDO, obrigando os Cotistas por consequentes aportes adicionais de recursos. Os principais fatores de risco a serem observados nessas hipóteses são:

a) Risco de Crédito

As aplicações do FUNDO em direitos creditórios caracterizam operações cujo risco de crédito se concentra, em primeira instância, na capacidade financeira de seus devedores e co-obrigados (fiadores), havendo a possibilidade de ocorrerem perdas patrimoniais no FUNDO, em caso de inadimplência por parte dos devedores;

b) Risco de Descasamento de Taxas de Juros

Mudanças nas condições de mercado poderão acarretar em descasamento entre as taxas de juros praticadas no mercado e as taxas de juros estabelecidas nas operações de cessão de direitos creditórios pelo FUNDO, resultando em perda de rentabilidade durante o período de maturação dos créditos.

c) Modalidade de Investimento Recente e Sofisticada

O FUNDO se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída em nosso País e que, ademais, tem o grau de sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização de recebíveis. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente essas peculiaridades, dentre as quais, risco de liquidez dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros que compõem o seu patrimônio líquido. Tais peculiaridades podem trazer consequências negativas ao patrimônio líquido, ou podem tornar o investimento ilíquido.

d) Limitação de ativos do FUNDO

A única fonte de recursos do FUNDO para efetuar o pagamento das amortizações e/ou o resgate final das quotas é a liquidação dos direitos creditórios pelos devedores ou, conforme o caso, pelos demais co-obrigados (fiadores). Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos e para a exigibilidade das obrigações assumidas pelas partes, o FUNDO não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das quotas;

e) Amortização condicionada

O FUNDO está exposto a determinados riscos inerentes aos direitos creditórios e aos demais ativos financeiros que compõem o seu patrimônio líquido e aos mercados em que estes são negociados, incluindo a eventual impossibilidade da ADMINISTRADORA alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os direitos creditórios, devido à inexistência de liquidez para formação de preço no mercado secundário para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o FUNDO somente procederá às amortizações das quotas na medida em que os direitos creditórios sejam quitados, a ADMINISTRADORA encontra-se impossibilitada de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das quotas ocorrerão nos períodos originalmente previstos, não sendo devido, nesta hipótese, pelo FUNDO ou por qualquer pessoa, incluindo a ADMINISTRADORA, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza;

f) Fatores macroeconômicos

A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em perda, pelos quotistas, do valor de principal de suas aplicações;

g) Condição financeira para levar os direitos creditórios ao vencimento

Em razão da inexistência de liquidez para formação de preço no mercado secundário para negociação dos direitos creditórios, os quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os direitos creditórios na hipótese de liquidação do FUNDO;

h) Utilização de instrumentos derivativos

A eventual contratação, pelo FUNDO, de modalidades de operações de derivativos poderá ocorrer exclusivamente para proteção de posições detidas à vista pelo FUNDO, o que poderá afetar negativamente a sua rentabilidade;

i) Cobrança dos direitos

A contratação de terceiros para fazer a cobrança dos direitos creditórios e repassar os recursos respectivos ao FUNDO pode representar uma limitação ao exercício de direitos pelo FUNDO, nos casos de intervenção, liquidação e/ou falência do contratado ou, ainda, no caso de não realização da cobrança de forma eficiente e bem sucedida, de acordo com os procedimentos descritos no capítulo 6 do Regulamento.

(j) pré-pagamento e renegociação dos créditos passíveis de cessão ao FUNDO:

A meta de Rentabilidade Prioritária do FUNDO pode não ser alcançada em virtude da ocorrência de pré-pagamento e renegociação dos créditos passíveis de cessão ao FUNDO.

Ressalte-se que a rentabilidade obtida pelo FUNDO no passado não implica em rentabilidade futura do FUNDO.

6. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

São adquiridos direitos creditórios que, selecionados com base no processo descrito acima respeitem o seguinte critério de elegibilidade: prazo máximo de 100 (cem) meses de duração por ativo integrante da carteira do FUNDO.

A GESTORA se obriga a verificar os seguintes critérios na escolha dos ativos para o FUNDO, como condição para a celebração de Contratos de Cessão de Direitos Creditórios, não sendo passível de verificação pelo CUSTODIANTE:

- a) no mínimo, um co-obrigado, fiador ou avalista com CPF em situação regular;
- b) o Cliente deve ser residente no Brasil e possuir CPF em situação regular.
- c) o valor das parcelas dos direitos creditórios com vencimento em data posterior ao prazo de duração da última série sênior em aberto emitida pelo FUNDO não pode ultrapassar a parcela do patrimônio líquido do FUNDO equivalente às quotas subordinadas.

Os Contratos de Empréstimo deverão ter as seguintes características básicas:

- I) quando representados por contratos de crédito direto ao consumidor:
 - a) previsão de que o valor líquido do empréstimo liberado pela Cedente, por solicitação expressa do Cliente, será destinado diretamente a uma instituição de ensino em funcionamento regular no país;
 - b) possua previsão expressa de que a relação entre o Cliente e a Cedente é autônoma e independente da relação entre o Cliente e a instituição de ensino para a prestação de serviços educacionais;
 - c) refletem dívidas líquidas e certas assumidas pelos Clientes em favor da Cedente representadas por notas promissórias emitidas pelos Clientes;
 - d) possibilidade expressa de cessão, parcial ou total, pela Cedente dos direitos de crédito (e suas garantias acessórias) decorrentes do citado contrato;
 - e) presença de devedores solidários (“Garantidores”) às obrigações do Cliente contraídas em razão do referido contrato;
 - f) contém cláusula de vencimento antecipado em caso de inadimplemento, que permite a exigibilidade imediata de toda a dívida.

II) quando representados por contratos de mútuo:

- a) refletem dívidas líquidas e certas assumidas pelos Clientes em favor da Cedente representadas por notas promissórias emitidas pelos Clientes;
- b) presença de devedores solidários (“Garantidores”) às obrigações do Cliente contraídas em razão do referido contrato;
- c) contém cláusula de vencimento antecipado em caso de inadimplemento, que permite a exigibilidade imediata de toda a dívida.

Os Contratos de Empréstimo serão originalmente celebrados entre uma Cedente e um Cliente seguindo a política de concessão de crédito da Cedente que não será alvo de avaliação pelo FUNDO.

Os Clientes e Garantidores, em qualquer dos casos, deverão apresentar o seguinte perfil, ainda que todas as propostas estejam sujeitas a aprovação do crédito e às condições do programa “Pra Valer”:

- a) renda mínima mensal, conjunta, de 02 (duas) vezes o valor da mensalidade do curso alvo do financiamento;
- b) não podem ter pendências cadastrais no SPC (Serviço de Proteção ao Crédito);
- c) o Garantidor não pode morar fora do Brasil e não pode ser estrangeiro;
- d) devem ter o CPF regular junto a Receita Federal;

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, os Clientes devem ainda obedecer aos seguintes requisitos:

- a) devem estar cadastrados no programa “Pra Valer”; e
- b) devem estar já devidamente matriculados em cursos de graduação presenciais em instituições de ensino cadastradas para o programa “Pra Valer”.

O FUNDO poderá adquirir, vender e realizar operações admitidas na legislação aplicável em vigor com os títulos representativos dos direitos creditórios, respeitados os critérios de elegibilidade acima.

Não há possibilidade dos créditos cedidos serem acrescidos, removidos, recomprados ou substituídos da carteira do FUNDO.

Não há previsão de reforços de créditos e outras garantias existentes, expondo de que forma tais mecanismos podem ajudar ou facilitar os pagamentos aos titulares dos valores mobiliários ofertados.

A principal garantia para o alcance da meta de rentabilidade das cotas seniores é a existência das cotas subordinadas, integralizadas pela GESTORA.

6.1 Funcionamento Operacional do FUNDO:

O FUNDO aplicará seus recursos em Direitos Creditórios, decorrentes de:

- (I) contratos de crédito direto ao consumidor, intermediado por instituição financeira, ou
- (II) contratos de mútuo, diretamente com instituição de ensino.

A política de funcionamento operacional do FUNDO se dará da seguinte forma:

(I) PARA CONTRATOS DE CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR:

1ª Etapa: O Cliente firma contrato de crédito direto ao consumidor junto à Cedente, instituição financeira regularmente autorizada pelo Banco Central do Brasil, direcionando os recursos liberados à quitação de prestação de serviços educacionais junto a uma instituição de ensino;

2ª Etapa: A Cedente efetua o pagamento, à vista, à instituição de ensino;

3ª Etapa: A Cedente cede os direitos créditos oriundos dos contratos de crédito direto ao consumidor ao FUNDO, com uma Taxa de Desconto;

4ª Etapa: O FUNDO assume a condição de credor dos Clientes e disponibiliza aos Clientes boletos para pagamento das respectivas parcelas dos contratos de crédito direto ao consumidor;

5ª Etapa: O Cliente quita as citadas parcelas junto ao FUNDO.

(II) CONTRATOS DE MÚTUO:

1ª Etapa: O Cliente renegocia de débitos vencidos de prestação de serviços educacionais já prestados junto a uma instituição de ensino, através da assinatura de contrato de mútuo – ora Cedente;

2ª Etapa: A Cedente cede os direitos créditos oriundos do contrato acima mencionado ao FUNDO, com uma Taxa de Desconto;

3ª Etapa: O FUNDO assume a condição de credor dos Clientes e disponibiliza aos Clientes boletos para pagamento das respectivas parcelas dos contratos de mútuo;

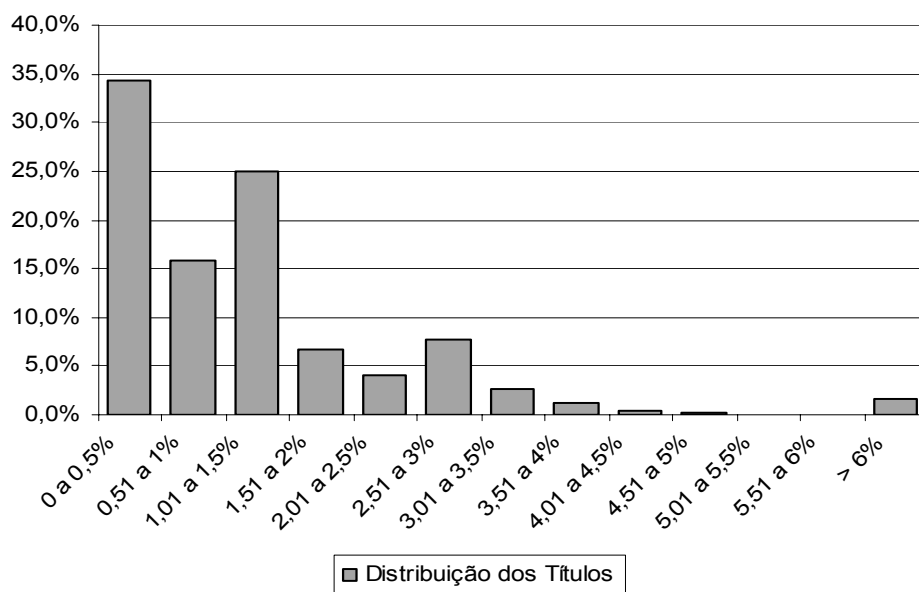
4ª Etapa: O Cliente paga as parcelas do mútuo ao FUNDO.

6.2. Taxa de Desconto

O Fundo adquire direitos creditórios com uma taxa de desconto compatível com as taxas praticadas no mercado e com a perspectiva de rentabilidade do Fundo. Sempre que solicitada pelos quotistas, a GESTORA poderá prestar esclarecimentos acerca dos detalhes de cada operação, inclusive no que se refere ao preço de aquisição, prazo e garantia, de modo a atestar a regularidade e coerência da Taxa de Desconto aplicada.

A GESTORA tem como objetivo, manter na carteira do Fundo, uma taxa de desconto média acima da rentabilidade alvo da quota sênior, que atualmente é de CDI + 3% a.a (três por cento ao ano) para a 3ª emissão de cotas seniores e 14% a.a para a segunda emissão de cotas seniores, entretanto não existe limite superior e inferior para a taxa de desconto dos títulos do Fundo. A carteira do Fundo, no dia 30/09/2008, apresentava uma taxa de desconto média de 23,87% a.a, sendo que a taxa de desconto de cada um dos contratos presentes na carteira deste dia, variavam entre 4,41% a.a e 1.466,48% a.a.

Segue abaixo o gráfico que apresenta a distribuição de todos os títulos agrupados em alguns intervalos de taxa de desconto, atualizado de acordo com a carteira do Fundo no dia 30/09/2008.



Intervalo (Taxa de Desconto)	Distribuição dos Títulos
0 a 0,5%	34%
0,51 a 1%	16%
1,01 a 1,5%	25%
1,51 a 2%	7%
2,01 a 2,5%	4%
2,51 a 3%	8%
3,01 a 3,5%	3%
3,51 a 4%	1%
4,01 a 4,5%	0%
4,51 a 5%	0%
5,01 a 5,5%	0%
5,51 a 6%	0%
> 6%	2%

6.3 Política de Recuperação de Créditos

A política de recuperação de créditos e cobertura dos prejuízos decorrentes de mora, inadimplemento dos direitos creditórios cedidos, aplicável também ao descumprimento de contratos de cessão de direitos creditórios, baseia-se nas diretrizes a seguir:

- a) notificação dos Garantidores para quitação das obrigações devidas ao FUNDO;
- b) alternativamente, os direitos creditórios não pagos serão cobrados por vias e mecanismos extrajudiciais que a empresa contratada para tanto julgar mais adequado tais como contatos telefônicos, notificações por correspondência escrita, ou qualquer outro mecanismo de cobrança realizado fora do âmbito judicial, junto aos Clientes e/ou Garantidores;
- c) se os direitos creditórios não forem recuperados pelos meios acima, poderão ser cobrados judicialmente do devedor principal e co-obrigado (fiador), conforme o Contrato de Empréstimo, poderá ser feita também, a critério da ADMINISTRADORA e consultada a GESTORA, e independentemente do disposto acima, por meio de ações de cobrança e execuções judiciais de contratos e garantias;
- d) a critério da ADMINISTRADORA, em nome do FUNDO, e consultada a GESTORA, a celebração de transações judiciais ou extrajudiciais, que resultem em pagamento de valores ou na outorga de garantias em valores inferiores aos originalmente devidos ou aumento do prazo de pagamento, desde que tais medidas sejam do melhor interesse do FUNDO.

O objetivo da política de recuperação de Direitos Creditórios é recuperar Direitos Creditórios em atraso da forma mais eficiente, conveniente e menos onerosa para o FUNDO, em observância à lei.

6.4. Padrões de inadimplência, concentração e características dos sacados (Clientes)

A adimplência observada desde o início das atividades do FUNDO até o dia 02/10/2008 apresentou as seguintes características:

Adimplência Pontual: Média: 57,64 %

Adimplência no final do mês: Média: 82,42%

Adimplência até 30 dias: Média: 87,57%

Adimplência até 60 dias: Média: 91,11%

A metodologia utilizada para o cálculo da Adimplência média é a divisão do valor recebido pelo FUNDO em cada intervalo de vencimento (pontual, final do mês, 30 dias e 60 dias) pelo valor total a receber.

Com relação aos dois anos anteriores à constituição do FUNDO, ou seja, no período de Janeiro/2005 até Dezembro/2006, uma vez que não há fontes disponíveis no mercado que disponham sobre informações estatísticas sobre Direitos Creditórios exatamente da mesma natureza, podemos apresentar informações reais sobre pré-pagamento (coluna 1 - adimplência antecipada), adimplência pontual (coluna 2), adimplência acumulada (coluna 3), inadimplência dos créditos (colunas 4 e 6) e perdas da carteira do FUNDO (colunas 5 e 7) com características semelhantes (mas não idênticas) aos adquiridos pelo FUNDO, restringindo-se a 17.000 (dezesete mil) títulos de programas de crédito educativo, de aproximadamente 70 instituições de ensino, administrados a época pela GESTORA. Estes dados estão na tabela 1 abaixo.

A tabela seguinte, tabela 2, contém as informações reais dos créditos adquiridos pelo FUNDO desde o início de suas atividades (de Janeiro/2007 até Abril/2008), sobre pré-pagamento (coluna 1 - adimplência antecipada), adimplência pontual (coluna 2), adimplência acumulada (coluna 3), inadimplência dos créditos (colunas 4 e 6) e perdas da carteira do FUNDO (colunas 5 e 7). Em ambas tabelas os itens das colunas de 1 a 5 os valores referem-se aos créditos com vencimento no respectivo mês, já os itens das colunas 6 e 7 demonstram a situação da carteira total no último dia de cada mês. Para definição das perdas, considerou-se todos os títulos não pagos após 180 (cento e oitenta) dias do seu vencimento.

Tabela 1

Programa de Gestão de Créditos	Fluxo de Recebimentos						
	1 - Adimplência Antecipada	2 - Pontual	3 - Acumulada	4 - Inadimplência	5 - Perda da Carteira	6 - Inadimplência Acumulada	7 - Perda Acumulada
janeiro-05	20,1%	46,0%	76,2%	23,8%	23,9%	44,0%	0,0%
fevereiro-05	15,3%	42,5%	72,9%	27,1%	27,8%	40,7%	0,0%
março-05	16,4%	40,9%	75,4%	24,6%	25,9%	37,7%	0,0%
abril-05	16,8%	44,5%	81,3%	18,7%	20,2%	33,9%	0,0%
maio-05	20,9%	49,6%	89,7%	10,3%	11,0%	29,7%	0,0%
junho-05	20,0%	48,1%	91,7%	8,3%	9,7%	27,3%	0,0%
julho-05	25,3%	50,3%	94,5%	5,5%	7,3%	24,4%	2,9%
agosto-05	25,0%	46,2%	80,3%	19,7%	21,4%	23,7%	7,3%
setembro-05	15,9%	45,4%	93,9%	6,1%	9,1%	22,7%	10,0%
outubro-05	22,2%	50,6%	94,5%	5,5%	7,3%	21,5%	11,4%
novembro-05	20,0%	49,0%	95,4%	4,6%	6,7%	20,6%	11,5%
dezembro-05	23,1%	51,1%	96,5%	3,5%	5,5%	19,4%	11,5%
janeiro-06	27,2%	51,7%	96,3%	3,7%	5,9%	18,4%	11,3%
fevereiro-06	18,4%	45,9%	91,4%	8,6%	10,2%	18,4%	12,0%
março-06	21,9%	47,3%	94,4%	5,6%	7,0%	17,1%	12,0%
abril-06	19,5%	49,4%	93,0%	7,0%	8,4%	16,4%	11,8%
maio-06	21,2%	47,6%	93,0%	7,0%	7,9%	16,0%	11,5%
junho-06	26,2%	46,8%	93,9%	6,1%	7,3%	15,6%	11,3%
julho-06	29,4%	54,3%	90,6%	9,4%	10,4%	14,8%	11,1%
agosto-06	22,8%	45,1%	88,1%	11,9%	13,2%	14,5%	11,0%
setembro-06	18,6%	43,3%	86,2%	13,8%	15,2%	14,5%	10,9%
outubro-06	17,2%	40,5%	85,5%	14,5%	15,8%	14,6%	10,9%
novembro-06	19,1%	43,8%	88,9%	11,1%	12,3%	14,4%	10,9%
dezembro-06	22,2%	46,7%	87,7%	12,3%	13,0%	14,1%	10,9%

Tabela 2

Programa de Crédito Estudantil Pravalor	Fluxo de Recebimentos						
	1 – Adimplência Antecipada	2 – Pontual	3 – Acumulada	4 – Inadimplência	5 – Perda da Carteira	6 – Inadimplência Acumulada	7 – Perda Acumulada
janeiro-07	25,9%	54,1%	95,8%	4,2%	11,7%	40,4%	-
fevereiro-07	33,8%	70,8%	99,1%	0,9%	6,2%	17,7%	-
março-07	22,8%	68,8%	99,7%	0,3%	6,3%	13,8%	-
abril-07	25,0%	58,9%	99,2%	0,8%	6,7%	12,5%	-
maio-07	22,1%	57,7%	99,1%	0,9%	8,1%	11,3%	-
junho-07	23,6%	57,2%	98,8%	1,2%	9,4%	10,5%	-
julho-07	25,1%	61,9%	98,5%	1,5%	10,0%	10,2%	0,2%
agosto-07	20,9%	58,3%	98,3%	1,7%	10,7%	10,4%	0,4%
setembro-07	21,1%	60,0%	98,6%	1,4%	9,7%	11,5%	0,8%
outubro-07	20,7%	55,3%	98,4%	1,6%	10,0%	11,5%	1,1%
novembro-07	25,2%	51,5%	98,1%	1,9%	10,3%	11,8%	1,5%
dezembro-07	22,1%	52,1%	97,7%	2,3%	3,1%	11,9%	1,8%
janeiro-08	24,4%	53,8%	97,2%	2,8%	3,3%	11,5%	2,1%
fevereiro-08	27,0%	48,6%	97,4%	2,6%	2,7%	11,5%	2,4%
março-08	22,4%	58,9%	97,4%	2,6%	2,7%	11,4%	2,7%
abril-08	27,4%	55,1%	97,0%	3,0%	2,9%	11,1%	2,9%
maio-08	25,9%	53,5%	97,2%	2,8%	-	4,4%	0,6%
junho-08	28,9%	61,1%	97,0%	3,0%	-	3,9%	0,6%
julho-08	29,4%	59,4%	96,9%	3,1%	-	3,5%	0,7%
agosto-08	30,7%	53,0%	95,9%	4,1%	-	3,7%	0,7%
setembro-08	32,1%	60,6%	89,7%	10,3%	-	3,8%	0,8%

A metodologia utilizada para o cálculo das informações sobre adimplência dos créditos dispostas nas tabelas acima foi a seguinte:

- 1- Antecipada: valor total dos créditos com vencimento no mês “m” pagos **antes do vencimento**, dividido pelo valor total dos créditos com vencimento no mês “m”;
- 2- Pontual: valor total dos créditos com vencimento no mês “m” pagos **até o vencimento**, dividido pelo valor total dos créditos com vencimento no mês “m”;
- 3- Acumulada: valor total dos créditos com vencimento no mês “m” pagos **até 02/10/2008**, dividido pelo valor total dos créditos com vencimento no mês “m”;
- 4- Inadimplência: valor total dos créditos com vencimento no mês “m” e **não pagos até 02/10/2008**, dividido pelo valor total dos créditos com vencimento no mês “m”;
- 5- Perda da Carteira: valor total dos créditos com vencimento no mês “m” que na data de **02/10/2008** tenha acumulado **atraso maior que 180 dias**, dividido pelo valor total dos créditos com vencimento no mês “m”;
- 6- Inadimplência acumulada: valor total dos créditos vencidos e **não pagos no último dia do mês m**, dividido pelo valor total dos créditos com vencimento até o último dia do mês m;
- 7- Perda Acumulada: valor total dos créditos, que no último dia do mês m, contabilizavam **atraso maior que 180 dias**, dividido pelo valor total dos créditos com vencimento até o último dia do mês m;

Cumpra mencionar que esses créditos que compõem as perdas da carteira do FUNDO podem vir a ser recuperados em um prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias.

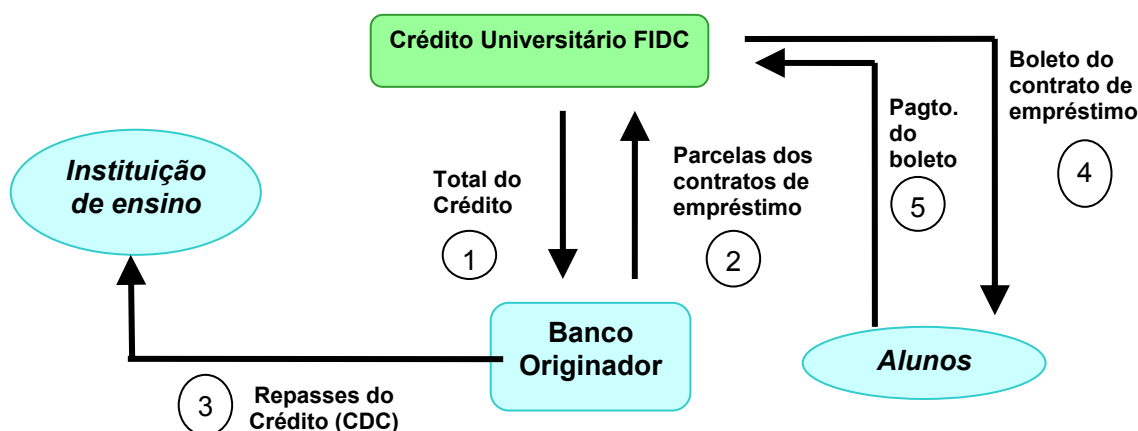
A carteira de direitos creditórios é bastante pulverizada, contando com direitos creditórios sacados contra alunos de diversas instituições de ensino do país. As características destes são aquelas atinentes aos estudantes de cursos universitários, possuindo assim uma grande variedade por sacado, uma vez que esta massa de estudante não possui características uniformes. Tendo em vista que o valor global dos contratos de crédito ao consumidor ou contratos de mútuo firmados por cada sacado é pouco significativo frente ao patrimônio do Fundo, o Fundo possui concentração por sacado inferior a 1% (um por cento) do seu patrimônio líquido.

Os originadores dos direitos creditórios podem ser instituições financeiras, no caso dos contratos de crédito direto ao consumidor, ou instituições de ensino, em se tratando de contratos de mútuo. Diante da enorme gama de originadores que podem gerar direitos creditórios ao Fundo, em face do crescimento sólido e continuado do setor bancário e educacional no País, não vislumbramos a possibilidade de impactos na possibilidade de geração de direitos creditórios para o Fundo, ao longo do seu Prazo de Duração.

6.5 Funcionamento Operacional do FUNDO

O FUNDO funcionará com base no seguinte diagrama:

Exemplo de Transação do Crédito Universitário FIDC



7. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

A composição da carteira do FUNDO obedecerá às seguintes diretrizes:

- a) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em compra de direitos creditórios;
- b) até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em operações compromissadas com os direitos creditórios integrantes da carteira do FUNDO;
- c) até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- d) até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- e) até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- f) até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em ativos de renda fixa, exceto quotas de Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);
- g) até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em CDB, RDB e demais títulos de renda fixa de emissão bancária de instituições financeiras classificadas pela Standard & Poor's com índice brAA- ou superior (ou equivalente) ; e
- h) até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em quotas de fundo de investimento, das classes Renda Fixa e Referenciado DI.

As operações compromissadas de que trata o item b acima, poderão ser caracterizadas por:

- a) operações com compromisso de recompra, com vencimento em data futura anterior ou igual a do vencimento dos títulos objeto da operação, a saber:
 - i) venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, conjugada com compromisso de revenda assumido pelo comprador, para liquidação em data preestabelecida;
 - ii) venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, conjugada com compromisso de revenda assumido pelo comprador, para liquidação a qualquer tempo durante determinado prazo, a critério de qualquer das partes, conforme previamente acordado entre estas;
 - iii) venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, liquidável a critério exclusivo do comprador, em data determinada ou dentro de prazo estabelecido; e

- b) operações com compromisso de revenda, com vencimento em data futura anterior ou igual a do vencimento dos títulos objeto da operação, a saber:
- i) compra de títulos com compromisso de revenda assumido pelo comprador, conjugada com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, para liquidação em data preestabelecida;
 - ii) compra de títulos com compromisso de revenda assumido pelo comprador, conjugada com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, para liquidação a qualquer tempo durante determinado prazo, a critério de qualquer das partes, conforme previamente acordado entre estas; e
 - iii) compra de títulos com compromisso de revenda assumido pelo comprador, liquidável a critério exclusivo do vendedor, em data determinada ou dentro de prazo estabelecido.

Não haverá limite para a aplicação do patrimônio líquido do FUNDO em direitos creditórios de um mesmo originador, sua controladora, sociedades direta ou indiretamente controladas, coligadas ou sob controle comum. O FUNDO poderá adquirir direitos creditórios e outros ativos de um mesmo devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, desde que limitado a 1% (um por cento) de seu patrimônio líquido.

É facultado ao FUNDO, ainda, realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas. O limite máximo de exposição do FUNDO nesses mercados é de até 1 (uma) vez o seu patrimônio líquido

Para efeito do disposto acima:

- a) as operações poderão ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil;
- b) serão considerados, para efeito de cálculo de patrimônio líquido do FUNDO, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

É vedado ao FUNDO realizar operações de *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia.

8. TAXAS E ENCARGOS

8.1 Taxa de Administração

Pela prestação dos serviços, a ADMINISTRADORA e aos demais prestadores de serviços de administração farão jus à remuneração apurada e paga da seguinte forma: Taxa de administração: 0,8% a.a. (zero vírgula oito por cento ao ano) sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, provisionado diariamente e pago mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente. .

8.1.1 A taxa de administração será rateada entre a ADMINISTRADORA, a GESTORA e demais prestadores de serviços de administração ao FUNDO, conforme acordo firmado entre eles, sendo certo que o somatório das remunerações não poderá extrapolar o percentual previsto no item anterior.

8.2 Encargos do FUNDO

Constituirão encargos do FUNDO, além da taxa de administração, as seguintes despesas, que lhe poderão ser debitadas pela ADMINISTRADORA e apropriadas diretamente ao patrimônio líquido do FUNDO:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento do FUNDO ou na regulamentação pertinente, aprovadas previamente pela GESTORA;
- c) despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos condôminos;
- d) honorários e despesas dos auditores encarregados da revisão das demonstrações financeiras e das contas do FUNDO e da análise de sua situação e da atuação da ADMINISTRADORA, aprovados previamente pela GESTORA;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o FUNDO venha a ser vencido, aprovados previamente pela GESTORA;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do FUNDO ou à realização de assembléia geral de condôminos;
- h) taxas de custódia de valores do FUNDO, aprovadas previamente pela GESTORA;
- i) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o FUNDO venha a ser vencido, aprovadas previamente pela GESTORA;
- j) despesas com a contratação de agência classificadora de risco, aprovadas previamente pela GESTORA;
- e
- k) despesas referentes ao registro para negociação e custódia das quotas.

8.3. Custos da Distribuição

Esclarecemos que os custos relativos à Distribuição são:

DESPESA	CUSTO (EM R\$)	Custo Unitário de Distribuição (R\$ / por cota)	%em relação ao preço unitário de distribuição
Taxa de Fiscalização da CVM	R\$ 82.870,00	0,00055	0,055%
Publicações dos Anúncios de Distribuição	R\$ 15.000,00(máximo)	0,0001	0,01%
Agência de Rating	R\$ 18.500,00	0,000123	0,0123%
Despesas decorrentes do registro em cartório	R\$ 2.000,00 (máximo)	0,000013	0,0013%
Comissões (colocação, coordenação, garantia de subscrição ou outras)	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ

A distribuição de quotas será realizada pela Administradora do FUNDO, na qualidade de distribuidor líder, podendo esta, às suas expensas, contratar terceiros, desde que devidamente habilitados.

Não haverá qualquer custo adicional para o FUNDO e/ou cotistas decorrentes dos serviços de distribuição, uma vez que os distribuidores serão remunerados através de parcela da Taxa de Administração vigente para o Fundo.

9. PERFIL E HISTÓRICO DA ADMINISTRADORA

O BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. é uma subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, constituída especificamente para a administração de fundos de investimento no Brasil, autorizada a administrar carteiras através do Ato Declaratório nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997.

O BNY Mellon Serviços Financeiros realiza a prestação de serviços financeiros para gestores independentes e investidores institucionais, prestando o serviço de administração fiduciária de fundos de investimento para mais de 70% dos gestores independentes associados à ANBID - Associação Nacional de Bancos de Investimento e uma gama de investidores institucionais, preponderantemente fundações, seguradoras e sociedades de capitalização, com mais de R\$ 63 bilhões em ativos sob sua administração (ANBID, Fevereiro 2008).

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation.

Hoje, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada na gestão de ativos financeiros, e opera em 34 países e atende a mais de 100 mercados. A nova instituição é provedora de serviços financeiros para pessoas físicas e pessoas jurídicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento. O The Bank of New York Mellon Corporation utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes e possui mais de US\$23 trilhões de ativos sob sua custódia e administração e cerca de US\$1,1 trilhão de ativos sob sua gestão.

10. PERFIL E HISTÓRICO DA GESTORA

Criada em 2001, a empresa tem entre seus investidores a Gávea Investimentos, gestora de recursos de terceiros, e a Pragma, companhia de participações criada pelos fundadores da Natura.

A Ideal Invest tem como missão trabalhar para que Alunos e Universidades tenham acesso a capital a custos e condições melhores que os oferecidos pelo mercado.

A Ideal Invest atua na cessão de crédito tanto de alunos quanto de instituições de ensino superior. Por meio de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), a companhia oferece às instituições a possibilidade de antecipar seus fluxos de caixa. Já para estudantes, a Ideal Invest criou programa de financiamento de mensalidades, o Crédito Universitário PRAVALER.

11. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS

Os direitos creditórios que compõem a carteira do FUNDO serão avaliados com base na seguinte fórmula:

$$\mathbf{VD = VE / [(1 + TD) ^ (dias \acute{u}teis do per\acute{o}do / 21)]}$$

Onde

VD = Valor do direito creditório na data de apuração.

VE = Valor esperado de recebimento do direito creditório na data esperada para recebimento.

TD= taxa de desconto utilizada no cálculo do preço, em cada contrato de cessão de direitos creditórios.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Autoridade Reguladora:
Jornal de Divulgação:

Comissão de Valores Mobiliários – www.cvm.gov.br
Diário Mercantil

13. TRIBUTAÇÃO

Tributação sobre o Fundo:

IOF:

As aplicações realizadas pelo FUNDO estão sujeitas atualmente à incidência do IOF à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo até o percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia.

IMPOSTO DE RENDA:

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira são isentos de Imposto de Renda.

Tributação sobre os Quotistas:

IOF:

O IOF é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação das quotas do FUNDO, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme tabela regressiva anexa ao Decreto nº 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

IR:

O Imposto de Renda aplicável ao quotista do FUNDO tomará por base três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (i) alienação de quotas; (ii) o resgate em virtude de liquidação ou do término do prazo do FUNDO; e (iii) a amortização das quotas:

(i) Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na alienação de quotas do FUNDO são tributadas à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o ganho líquido.

(ii) Resgate em virtude da liquidação do FUNDO ou término do prazo

O rendimento será tributado na fonte, nas seguintes condições:

Caso a carteira do FUNDO seja classificada como de longo prazo, ou seja, o prazo médio seja superior a 365 dias, o quotista será tributado conforme as seguintes alíquotas: (i) 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento) para aplicação de até 180 dias; (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 dias a 360 dias; (iii) 17,5% (dezessete vírgula cinco por cento) para prazo de aplicação de 361 dias a 720 dias; e (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 dias.

Caso a carteira do FUNDO seja classificada como de curto prazo, ou seja, o prazo médio seja igual ou inferior a 365 dias, o quotista será tributado á alíquotas de 20% (vinte por cento), ou, caso o resgate ocorra em prazo inferior a 180 dias, à alíquota de 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento).

(iii) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, da alíquota aplicável com base no prazo médio da carteira.

14. LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

Poderá haver a liquidação antecipada do FUNDO, desde que ratificada pela assembleia geral de quotistas, nas seguintes hipóteses:

- a) se houver renúncia da GESTORA ou descredenciamento desta pela CVM; e
- b) se o nível de subordinação do FUNDO estiver abaixo de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do mesmo.

Na ocorrência de liquidação antecipada do FUNDO, as quotas, exclusivamente da classe sênior, poderão ser resgatadas em direitos creditórios, devendo a própria assembleia geral tratar dos prazos, forma e condições de pagamento aos cotistas.

Caso a assembleia geral de quotistas, de que trata o *caput*, opte pela não liquidação do FUNDO em uma das hipóteses ali previstas, os quotistas que dissentirem da deliberação poderão resgatar suas quotas pelo valor vigente à época da deliberação.

Na hipótese de liquidação do FUNDO, os titulares de quotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de quotas seniores.

15. ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS

Informações complementares sobre o FUNDO poderão ser obtidas junto à ADMINISTRADORA, à GESTORA ou na CVM e CETIP. Para obtenção do Regulamento, Prospecto, além de eventuais informações adicionais, favor entrar em contato:

GESTORA:

Endereço: Rua dos Pinheiros, 870 - 4º andar
São Paulo – SP – CEP 05424-050
Tel: (11) 3010 - 4900
Fax: (11) 3010 - 4914
Home Page: <http://www.idealinvest.com.br>
Contato: Ricardo Oliver Mizne
e-mail: oliver.mizne@idealinvest.com.br
Tel: (11) 3010 - 4900

ADMINISTRADORA:

Endereço: Av. Presidente Wilson, 231 – 11º andar
Rio de Janeiro – RJ
Tel: (21) 3974-4545
Fax: (21) 3974-4501
Home Page: <http://www.bnymellon.com.br>
Contato: Carla Lopes
e-mail: fidc@bnymellon.com.br
Tel: (21) 3974-4545

CVM:

Endereço: Rua Sete de Setembro, 111/ 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º Andares – Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel: (21) 3233-8686
Home Page: <http://www.cvm.gov.br>

CETIP:

Endereço: Av. República do Chile, 230/11º andar - Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 2276-7474 / 2223-6464
Fax: (21) 2276-7435 / 2223-6435
Home Page: <http://www.cetip.net/>
e-mail: cetip@cetip.com.br

ANEXOS

- Regulamento Vigente do Fundo (e Respectivos Suplementos)
- Relatório Classificação de Risco
- Demonstrações Financeiras e Informações Periódicas

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Regulamento Vigente do Fundo (e Respectivos Suplementos)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



1119860 16-10-08

CRÉDITO UNIVERSITÁRIO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
CNPJ/MF N° 08.417.544/0001-65
("FUNDO")

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS
REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2008.

1. Data, Hora e Local:

Dia 30 de setembro de 2008, às 10:00 horas, na sede social do administrador ("Administrador"), BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A., na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, Centro.

2. Convocação:

Convocação encaminhada a todos os cotistas em 19 de setembro de 2008.

3. Ordem do Dia:

- a) Emissão de nova série de quotas seniores do Fundo, no valor total de até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) e definição das demais características da distribuição;
- b) Exclusão de critério de elegibilidade disposto da alínea "b" do item 4.5, de forma que este passe a constar como condição para a celebração de Contratos de Cessão, incluindo-o, para tanto, no item 4.5.1 do regulamento; e
- c) Consolidação do regulamento do Fundo com a inclusão de suplemento referente à nova emissão.

1





1119866 16-10-08

BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

4. Presença:

Quotistas signatários da lista de presença que se encontra depositada na sede do Administrador.

5. Mesa:

Presidente: Sra. Luisa Saboia

Secretário: Sr. Thiago Amar

6. Deliberações tomadas:

Item (a):

Primeiramente, foi aprovada a emissão de nova série de quotas do FUNDO no valor total de até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), com as seguintes características dispostas no 2º suplemento ao regulamento:

**"2º SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO CRÉDITO UNIVERSITÁRIO FUNDO
DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA
3ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES NO VALOR TOTAL DE
R\$ 150.000.000,00 (CENTO E CINQUENTA MILHÕES DE REAIS)**

Suplemento ao regulamento para emissão da 3ª Série de Quotas Seniores do Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: Até 150.000.000 (cento e cinquenta milhões), conforme cálculo do valor unitário de cada quota na data da integralização, podendo as quotas que sobejarem serem canceladas pela ADMINISTRADORA;
- b) O Valor Unitário de Emissão R\$ 1,00 (um real), devendo a integralização em datas subsequentes à emissão ocorrer conforme o valor unitário calculado todo dia útil, nos termos do Regulamento;
- c) Data de Emissão: 30 de outubro de 2008;
- d) Prazo de Duração das Quotas Seniores 24 (vinte e quatro) meses, contados da 1ª integralização da presente emissão;
- e) Data de Resgate: Conforme tabela de amortizações programadas indicadas no item "h" abaixo;
- f) Meta de Rentabilidade Prioritária: CDI + 3% a.a. (três por cento ao ano);
- g) Percentual Mínimo de Subordinação Durante o Prazo de Duração desta Série



Será o maior dos seguintes valores:

i) $PS = 0.25 \times PL$

ii) $PS = 0.25 \times (DC1 - PDD1) + 1.00 \times (DC2 - PDD2)$

Onde:

PL = Patrimônio Líquido total;

PS = Patrimônio Líquido subordinado;

DC1 = Direitos Creditórios com vencimento antes do final da cota sênior;

DC2 = Direitos Creditórios com vencimento após o final da cota sênior;

PDD1 = Provisão de Devedores Duvidosos dos Direitos Creditórios com vencimento antes do final da cota sênior;

PDD2 = Provisão de Devedores Duvidosos dos Direitos Creditórios com vencimento após o final da cota sênior.

Esta relação será atualizada mensalmente no último dia de cada mês.

Não obstante, em sendo verificado o desrespeitamento do limite previsto no inciso "ii", acima, anteriormente à convocação de Assembleia Geral para os fins previstos no item 9.24. do Regulamento, o Gestor terá o prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias para reequilibrar o Patrimônio Subordinado exigido. O limite mínimo previsto no inciso "i", acima, é insuperável, ensejando a imediata convocação da referida Assembleia Geral, caso venha a ser desrespeitado.

- b) Amortizações Programadas: Serão realizadas amortizações calculadas conforme fórmula abaixo, nas datas programadas, nos termos da tabela a seguir:

$$VAMT = VQS(I) \times (1/(18 - (M - 1)))$$

Onde: VAMT é o valor de amortização das Cotas Sênior;

VQS(I) é o valor unitário da Cota Sênior na data da amortização;

(I) M é o número do mês em que será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 18 (última amortização).

Datas de Amortização
15/05/2009
15/06/2009
14/07/2009
14/08/2009
15/09/2009
15/10/2009
16/11/2009
14/12/2009
15/01/2010
12/02/2010
12/03/2010



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

15/04/2010
14/05/2010
15/06/2010
14/07/2010
13/08/2010
15/09/2010
15/10/2010

1119866 16-10-08

i) *Forma de Integralização: Em até dez dias úteis da assinatura do respectivo boletim de subscrição.*

Em seguida, os cotistas tomam ciência de que as datas dispostas no suplemento podem ser dilatadas, caso a CVM não autorize a presente emissão em tempo hábil para que a emissão ocorra em 30 de outubro de 2008.

Item (b):

Em seguida, foi aprovada a exclusão de critério de elegibilidade disposto da alínea "b" do item 4.5, de forma que este passe a constar como condição para a celebração de Contratos de Cessão, incluindo-o, para tanto, no item 4.5.1 do regulamento, de forma que os itens 4.5 e 4.5.1 passam a vigor com a seguinte redação:

"4.5. São adquiridos direitos creditórios que apresentem o seguinte critério de elegibilidade: prazo máximo de 100 (cem) meses de duração por ativo integrante da carteira do FUNDO.

4.5.1. A GESTORA se obriga a verificar os seguintes critérios na escolha dos ativos para o FUNDO, como condição para a celebração de Contratos de Cessão de Direitos Creditórios, não sendo passível de verificação pelo CUSTODIANTE:

- a) no mínimo, um co-obrigado, fiador ou avalista com CPF em situação regular;*
- b) o Cliente deve ser residente no Brasil e possuir CPF em situação regular; e*
- c) o valor das parcelas dos direitos creditórios com vencimento em data posterior ao prazo de duração da última série senior em aberto emitida pelo FUNDO não pode ultrapassar a parcela do patrimônio líquido do FUNDO equivalente às quotas subordinadas."*

Item (c):

Por fim, foi aprovada a consolidação do regulamento do FUNDO, em conformidade com as deliberações tomadas acima.





BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

7. Encerramento:

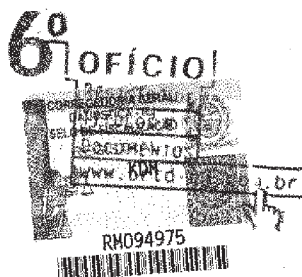
Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a Assembléia Geral de Quórtas para a lavratura desta ata em Livro próprio, que, depois de lida e aprovada, foi por todos assinada. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2008.

Certifico e dou fé que a presente é cópia
fiel da lavrada em livro próprio.


Thiago Annar
Secretário

AVERBADO ao registro n.º 1117628 do
livro protocolo feito nesta 6.ª Ofício de Registro
de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.
RJ, 16/10/08
Oficial R

1119866 16-10-08
6º RTD Rua Buenos Aires, 56 - 4º Andar - Centro - RJ
Tele.: (21) 2233-7878 / www.6rd-rj.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB C.T.N. e DATA DECLARADOS
A MARCEM, O QUE CERTIFICO.
☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala
☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto
CTPS nº 26.122/024 - RJ
☐ Marco André de A. S. Santos - 2º Substituto
CTPS nº 25276/015 - RN
☒ Cleia de Araujo Barreto - 3ª Substituta
CTPS nº 7324128-001 - RJ



1118800 16-10-08

REGULAMENTO DO CRÉDITO UNIVERSITÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Capítulo 1

DA CONSTITUIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

- 1.1. O CRÉDITO UNIVERSITÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (doravante designado FUNDO), constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos que destina parcela preponderante do respectivo patrimônio líquido para a aplicação em direitos creditórios e o restante nas demais modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observadas as limitações previstas neste regulamento ("Regulamento") e na regulamentação em vigor.
- 1.2. Os exercícios sociais do FUNDO têm duração de 1 (um) ano cada, encerrando-se no dia 30 do mês de novembro de cada ano.
- 1.3. O público alvo das quotas seniores do FUNDO são investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/2004 e a fundos de investimentos classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", desde que dentro dos limites impostos pelo citado normativo, que buscam rentabilidade superior à média alcançada por investimentos tradicionais em renda fixa e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes ao FUNDO.
- 1.4. As quotas subordinadas são subscritas e integralizadas, com exclusividade, pela GESTORA, que se enquadra como investidora qualificada, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/2004.
- 1.5. O prazo de duração do FUNDO é de 20 (vinte) anos, com início a partir da data de registro junto à CVM, podendo este prazo ser prorrogado ou reduzido por deliberação da Assembleia Geral de Quotistas, possuindo as quotas subordinadas igual prazo.

Capítulo 2

DA ADMINISTRAÇÃO

- 2.1. A administração do FUNDO será exercida pela BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson nº 231 - 11º andar, inscrita no CNPJ sob o no. 02.201.501/0001-61, doravante designada



1110806 16-12-08

como ADMINISTRADORA, que indicará um de seus diretores para responder diretamente pela supervisão do FUNDO.

- 2.2. A ADMINISTRADORA do FUNDO, observadas as limitações deste Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do FUNDO, bem assim para exercer todos os direitos inerentes aos ativos financeiros e às modalidades operacionais que integrem sua carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais ou especiais.
- 2.3. A gestão da carteira do fundo será exercida pela IDEAL INVEST S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros nº 870 - 4º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 04.531.065/0001-14, doravante designada GESTORA.
- 2.4. Sem prejuízo das responsabilidades atribuídas à ADMINISTRADORA e ao diretor designado, a GESTORA terá os poderes necessários e suficientes para gerir a carteira do FUNDO, podendo exercer todos os direitos inerentes aos direitos creditórios, títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO, inclusive, sem limitação, selecionar direitos creditórios para aquisição pelo FUNDO, com base nos critérios de elegibilidade definidos neste Regulamento, adquirir, alienar e realizar operações com os direitos creditórios admitidas na legislação em vigor, negociar, assinar e acompanhar o cumprimento de contratos de cessão de direitos creditórios e seus respectivos aditivos.
- 2.5. A ADMINISTRADORA e a GESTORA deverão empregar, no exercício de suas funções, o cuidado, diligência e probidade que empregam na administração dos seus próprios bens e negócios, comprometendo-se a servir ao FUNDO com lealdade e a manter reserva sobre seus negócios.
- 2.6. A perda da condição de ADMINISTRADORA e/ou GESTORA dar-se-á por:
 - a) no caso da renúncia da ADMINISTRADORA, mediante aviso divulgado no periódico de que trata o item 11.2., ou por intermédio de carta com aviso de recebimento, ou telegrama com comunicação de entrega, endereçado a cada condômino, ficando a ADMINISTRADORA obrigada, no mesmo ato, a convocar assembleia geral que decidirá sobre sua substituição ou sobre a liquidação do FUNDO, observado o disposto no item 10.1;
 - b) em sendo a renúncia da GESTORA, por intermédio de carta com aviso de recebimento ou telegrama com comunicação de entrega endereçado à ADMINISTRADORA, ao qual caberá convocar a assembleia geral que adotará as providências cabíveis;



1118888 16-10-08

c) destituição por deliberação da assembléia geral de quotistas, observado o disposto no item 10.1; e

d) descredenciamento pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

2.7. Em caso de renúncia ou destituição da ADMINISTRADORA e/ou GESTORA, a ADMINISTRADORA deverá comunicar o fato imediatamente à CVM.

2.8. Na hipótese de renúncia, a ADMINISTRADORA permanecerá responsável pela administração do FUNDO pelo prazo de 60 (sessenta) dias ou até que seja substituída por outro administrador, o que ocorrer primeiro.

2.9. Nas hipóteses de substituição da ADMINISTRADORA e/ou GESTORA ou de liquidação do FUNDO, aplicar-se-ão, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da ADMINISTRADORA.

2.10. Em caso de renúncia ou substituição, a ADMINISTRADORA e/ou GESTORA fará jus à parcela que lhe couber da taxa de administração *pro rata temporis*, apurada até a data de seu desligamento.

2.11. São obrigações da ADMINISTRADORA:

a) manter atualizados e em perfeita ordem:

I. a documentação relativa às operações do FUNDO;

II. o registro dos condôminos;

III. o livro de atas de assembléias gerais;

IV. o livro de presença de condôminos;

V. demonstrativos trimestrais elaborados em consonância com o disposto no artigo 8º, § 3º da Instrução CVM 356/01;

VI. registro de todos os fatos contábeis referentes ao FUNDO; e

VII. relatórios do auditor independente.

b) receber quaisquer rendimentos ou valores do FUNDO diretamente ou por meio de instituição contratada, nos termos do art. 39, inciso III, da Instrução CVM nº 356/01;



111986616-10-08

- c) entregar aos quotistas, gratuitamente, exemplar do Regulamento do FUNDO, bem como informá-los da utilização do periódico mencionado no item 11.2 para divulgação de informações relativas ao FUNDO e à taxa de administração praticada;
- d) divulgar, anualmente, no periódico de que trata o item 11.2, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem quotas do FUNDO, o valor do patrimônio líquido do FUNDO, o valor da quota de cada classe e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem as informações, e a nota concedida pelas agências classificadoras de risco, e o respectivo relatório, contratadas pelo FUNDO;
- e) custear as despesas de propaganda do FUNDO;
- f) fornecer mensalmente aos quotistas, e anualmente, a cada encerramento do exercício, comprovante dos rendimentos auferidos pelos quotistas no período, informando o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras previstas neste regulamento, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a mesma e o FUNDO; e
- h) providenciar trimestralmente, ou na menor periodicidade exigida pela legislação brasileira aplicável, a atualização da classificação de risco do FUNDO ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO.

Parágrafo Único: A divulgação das informações previstas na alínea "d" do caput pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, sem prejuízos das responsabilidades da ADMINISTRADORA previstas na Instrução CVM 356/01.

2.12. É vedado à ADMINISTRADORA:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo FUNDO, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- b) utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo FUNDO; e



1119808 16-10-00

c) efetuar aportes de recursos no FUNDO, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de quotas deste.

2.13. As vedações de que tratam as alíneas (a) e (b) do item 2.12. abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da ADMINISTRADORA, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

2.14. Excetuam-se do disposto no item anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do FUNDO.

2.15. É vedado à ADMINISTRADORA e/ou GESTORA, em nome do FUNDO:

a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;

b) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;

c) aplicar recursos diretamente no exterior;

d) adquirir quotas do próprio FUNDO;

e) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;

f) vender quotas do FUNDO a prestação;

g) vender quotas do FUNDO a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de quotas cuja classe se subordine às demais para efeito de amortização;

h) prometer rendimento predeterminado aos condôminos;

i) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho



alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

j) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e

k) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

2.16. Como remuneração dos serviços prestados (taxa de administração), é devido pelo FUNDO à ADMINISTRADORA e aos demais prestadores de serviços de administração, o montante equivalente a 0,8 % a.a. (oito décimos por cento ao ano) sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, provisionado diariamente e pago mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

2.17. A taxa de administração será rateada entre a ADMINISTRADORA, a GESTORA e demais prestadores de serviços de administração ao FUNDO, conforme acordo firmado entre eles, sendo certo que o somatório das remunerações não poderá extrapolar o percentual previsto no item anterior.

Capítulo 3

DA CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

3.1. O fundo contratará terceiros para o desempenho das atividades de custódia, controladoria, escrituração de quotas, auditoria e classificação de Risco.

3.2. Os serviços de custódia dos ativos integrantes da carteira do FUNDO, controladoria e escrituração de quotas são prestados pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, o qual é responsável pelas atividades abaixo descritas, de acordo com o disposto na Instrução CVM nº 356/01:

a) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações financeiras, comerciais e de serviços. Uma vez que há um significativo volume de direitos creditórios, a verificação será feita por amostragem, trimestralmente, numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa



1119800 16-10-03

distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os Clientes dos respectivos Direitos Creditórios selecionados, nos termos da Metodologia para Verificação do Lastro por Amostragem, constante de documento anexo (Anexo II);

- b) validar os direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos neste regulamento;
- c) realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;
- d) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO;
- e) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo fundo e órgãos reguladores; e
- f) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

3.3. Os serviços de auditoria serão prestados ao FUNDO pela Terco Grant Thornton Auditores Independentes Sociedade Simples, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 13.797, bloco II, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.326.016/0001-99.

3.4. As quotas serão classificadas pela agência Standard & Poor's, nome de fantasia da McGraw Hill Interamericana do Brasil Ltda., com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1253, 10º andar, São Paulo – SP.

Capítulo 4

DO OBJETIVO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO

- 4.1. O FUNDO tem por objetivo alcançar a melhor valorização possível para as quotas subordinadas, projetando um retorno superior à média alcançada por investimentos tradicionais de renda fixa no mercado. Em relação às quotas seniores, o objetivo é alcançar



uma valorização, pré-fixada para cada série no respectivo suplemento ("Meta de Rentabilidade Prioritária").

- 4.2. Simultaneamente, o FUNDO procura adotar um comportamento ético e socialmente responsável em relação ao setor educacional, e disseminar o conceito de responsabilidade social entre as entidades do setor educacional. Os objetivos do FUNDO são alcançados através da aplicação de recursos em direitos creditórios oriundos de empréstimos a alunos de instituições de ensino, viabilizando o acesso destes à educação, por meio de instituições financeiras que têm por escopo conceder financiamentos a esses alunos devidamente inscritos e pré-aprovados no programa "Pra Valer", através de Contrato de Crédito Direto ao Consumidor Universitário. As instituições financeiras que concedem os financiamentos possuem, dentre suas políticas de crédito, a verificação dos dados da proposta dos alunos, submetendo seus dados e dos garantidores a um sistema de pontuação que avalia e classifica a qualidade dos créditos.
- 4.3. O FUNDO aplicará seus recursos em direitos creditórios ("Direitos Creditórios") vincendos, decorrentes de "Contratos de Empréstimo", oriundos do segmento educacional ou de instituições financeiras, que podem ser:
- a) contratos de crédito direto ao consumidor, que tenham como parte clientes que buscam crédito para pagamento de prestação de serviços educacionais ("Clientes") e instituições financeiras regularmente autorizadas pelo Banco Central do Brasil ("Cedentes"); ou
 - b) contratos de mútuo, que tenham como parte alunos ou seus representantes ("Clientes") e instituições de ensino ("Cedentes"), sempre com o escopo de financiar débitos advindos de serviços educacionais já prestados.
- 4.4. Os Direitos Creditórios serão sempre adquiridos pelo FUNDO, através de contratos de cessão de direitos creditórios (individualmente, "Contrato de Cessão") celebrados com as Cedentes, mediante negociações realizadas a taxas de mercado. Os referidos contratos deverão prever a possibilidade de cobrança dos Direitos Creditórios diretamente pelo FUNDO, podendo este indicar aos Devedores conta corrente de sua titularidade para a realização dos pagamentos. São, ainda, características presentes nos Contratos de Cessão:
- a) a cessão e transferência por parte das Cedentes ao FUNDO dos créditos provenientes de operações de empréstimo realizadas com Clientes, empréstimos estes destinados ao financiamento de matrículas e semestralidades devidas a



1119860 16-10-00

instituições de ensino a título de pagamento de serviços educacionais, conforme pactuados nos seus respectivos Contratos de Empréstimo;

- b) a cessão e transferência dos créditos conta com todas as garantias prestadas pelos Clientes e eventuais co-obrigados para garantir o pagamento dos mesmos, especialmente a(s) nota(s) promissória(s) emitidas pelos Clientes em favor das Cedentes, quando da celebração dos Contratos de Empréstimo.

4.5. São adquiridos direitos creditórios que apresentem o seguinte critério de elegibilidade: prazo máximo de 100 (cem) meses de duração por ativo integrante da carteira do FUNDO.

4.5.1. A GESTORA se obriga a verificar os seguintes critérios na escolha dos ativos para o FUNDO, como condição para a celebração de Contratos de Cessão de Direitos Creditórios, não sendo passível de verificação pelo CUSTODIANTE:

- a) no mínimo, um co-obrigado, fiador ou avalista com CPF em situação regular;
- b) o Cliente deve ser residente no Brasil e possuir CPF em situação regular; e
- c) o valor das parcelas dos direitos creditórios com vencimento em data posterior ao prazo de duração da última série sênior em aberto emitida pelo FUNDO não pode ultrapassar a parcela do patrimônio líquido do FUNDO equivalente às quotas subordinadas.

4.6. Os Contratos de Empréstimo deverão ter as seguintes características básicas:

I) quando representados por contratos de crédito direto ao consumidor:

- a) previsão de que o valor líquido do empréstimo liberado pela Cedente, por solicitação expressa do Cliente, será destinado diretamente a uma instituição de ensino em funcionamento regular no país;
- b) possua previsão expressa de que a relação entre o Cliente e a Cedente é autônoma e independente da relação entre o Cliente e a instituição de ensino para a prestação de serviços educacionais;
- c) refletem dívidas líquidas e certas assumidas pelos Clientes em favor da Cedente representadas por notas promissórias emitidas pelos Clientes;
- d) possibilidade expressa de cessão, parcial ou total, pela Cedente dos direitos de crédito (e suas garantias acessórias) decorrentes do citado contrato;



111080016-10-08

- e) presença de devedores solidários ("Garantidores") às obrigações do Cliente contraídas em razão do referido contrato;
- f) contém cláusula de vencimento antecipado em caso de inadimplemento, que permite a exigibilidade imediata de toda a dívida.

II) quando representados por contratos de mútuo:

- a) refletem dívidas líquidas e certas assumidas pelos Clientes em favor da Cedente representadas por notas promissórias emitidas pelos Clientes;
- b) presença de devedores solidários ("Garantidores") às obrigações do Cliente contraídas em razão do referido contrato;
- c) contém cláusula de vencimento antecipado em caso de inadimplemento, que permite a exigibilidade imediata de toda a dívida.

4.7. Os Contratos de Empréstimo serão originalmente celebrados entre uma Cedente e um Cliente seguindo a política de concessão de crédito da Cedente que não será alvo de avaliação pelo FUNDO.

4.7.1. Os Clientes e Garantidores, em qualquer dos casos, deverão apresentar o seguinte perfil, ainda que todas as propostas estejam sujeitas a aprovação do crédito e às condições do programa "Pra Valer":

- a) renda mínima mensal, conjunta, de 02 (duas) vezes o valor da mensalidade do curso alvo do financiamento;
- b) não podem ter pendências cadastrais no SPC (Serviço de Proteção ao Crédito);
- c) o Garantidor não pode morar fora do Brasil e não pode ser estrangeiro; e
- d) devem ter o CPF regular junto a Receita Federal.

4.7.2 Sem prejuízo do disposto no item 4.7.1 acima, os Clientes devem ainda obedecer aos seguintes requisitos:



- a) devem estar cadastrados no programa "Pra Valer"; e
 - b) devem estar já devidamente matriculados em cursos de graduação presenciais em instituições de ensino cadastradas para o programa "Pra Valer".
- 4.8. Cabe à GESTORA a negociação dos ativos do FUNDO. Sempre que solicitada pelos quotistas, a GESTORA deverá prestar esclarecimentos acerca dos detalhes de cada operação, inclusive no que se refere ao preço de aquisição, prazo e garantia.
- 4.9. O FUNDO poderá adquirir, vender e realizar operações admitidas na legislação aplicável em vigor com os Direitos Creditórios.
- 4.10. Os quotistas assumem inteira responsabilidade pela liquidação de eventual ocorrência de patrimônio negativo do FUNDO, obrigando-se por consequentes aportes adicionais de recursos.
- 4.11. Na hipótese de rebaixamento da classificação de risco, a GESTORA deverá rever a composição da carteira do FUNDO, a Política de Investimentos adotada e a composição de garantias da carteira do FUNDO, devendo acatar, ainda, o que for deliberado em Assembléia Geral de Quotistas.
- 4.12. Quando a classificação de risco das quotas da classe sênior do FUNDO for rebaixada pela Agência de Classificação de Risco para uma nota inferior a "brBBB" será obrigatória a convocação de assembléia geral para deliberar acerca da liquidação do FUNDO, nos termos do item 10.9. deste Regulamento.
- 4.13. As aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia da ADMINISTRADORA, da GESTORA, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.
- 4.14. O FUNDO não aplica em ~~compras~~ e em contratos mercantis de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega ou prestação futura, bem como em títulos ou certificados representativos desses contratos.
- 4.15. Será feita a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) do FUNDO, atualizada semanalmente pelo CUSTODIANTE, de acordo com os critérios estabelecidos pela tabela COSIF do Banco Central, nos termos abaixo:



1119860 16-10-08

Regras de Provisão			
Níveis de Risco	Dias em Atraso	Dias em Atraso	PDD
AA	0	0	0%
A	1	14	0,5%
B	15	30	1%
C	31	60	3%
D	61	90	10%
E	91	120	30%
F	121	150	50%
G	151	180	70%
H	181		100%

Capítulo 5

DOS FATORES DE RISCO

- 5.1. Poderá ocorrer perda de capital investido, inclusive o patrimônio do FUNDO poderá tornar-se negativo, em decorrência do risco intrínseco aos ativos que compõem a carteira do FUNDO e a necessidade de honrar com os encargos do FUNDO, obrigando os Cotistas a aportes adicionais de recursos. Os principais fatores de risco a serem observados nessas hipóteses são:
- a) **risco de crédito:** as aplicações do FUNDO em direitos creditórios caracterizam operações cujo risco de crédito se concentra, em primeira instância, na capacidade financeira de seus devedores e co-obrigados (fiadores), havendo a possibilidade de ocorrerem perdas patrimoniais no FUNDO, em caso de inadimplência por parte dos devedores;
 - b) **risco de descasamento de taxas de juros:** mudanças nas condições de mercado poderão acarretar descasamento entre as taxas de juros praticadas no mercado e as taxas de juros estabelecidas nas operações de cessão de direitos creditórios pelo FUNDO, resultando em perda de rentabilidade durante o período de maturação dos créditos;
 - c) **modalidade de investimento recente e sofisticada:** o FUNDO se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída em nosso País e que, ademais, tem o grau de sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização de recebíveis. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente essas peculiaridades, dentre as quais, risco de liquidez dos



direitos creditórios e dos demais ativos financeiros que compõem o seu patrimônio líquido. Tais peculiaridades podem trazer consequências negativas ao patrimônio líquido, ou podem tornar o investimento ilíquido;

d) **limitação de ativos do FUNDO:** a única fonte de recursos do FUNDO para efetuar o pagamento das amortizações e/ou o resgate final das quotas é a liquidação dos direitos creditórios pelos devedores ou, conforme o caso, pelos demais co-obrigados (fiadores). Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos e para a exigibilidade das obrigações assumidas pelas partes, o FUNDO não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das quotas;

e) **amortização condicionada:** o FUNDO está exposto a determinados riscos inerentes aos direitos creditórios e aos demais ativos financeiros que compõem o seu patrimônio líquido e aos mercados em que estes são negociados, incluindo a eventual impossibilidade da ADMINISTRADORA alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os direitos creditórios, devido à inexistência de liquidez para formação de preço no mercado secundário para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o FUNDO somente procederá as amortizações das quotas na medida em que os direitos creditórios sejam quitados, a ADMINISTRADORA encontra-se impossibilitada de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das quotas ocorrerão nos períodos originalmente previstos, não sendo devido, nesta hipótese, pelo FUNDO ou por qualquer pessoa, incluindo a ADMINISTRADORA, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza;

f) **fatores macroeconômicos:** a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em perda, pelos quotistas, do valor de principal de suas aplicações;

g) **condição financeira para levar os direitos creditórios ao vencimento:** em razão da inexistência de liquidez para formação de preço no mercado secundário para negociação dos direitos creditórios, os quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os direitos creditórios na hipótese de liquidação do FUNDO;

h) **utilização de instrumentos derivativos:** a eventual contratação, pelo FUNDO, de modalidades de operações de derivativos poderá ocorrer exclusivamente para proteção de posições detidas à vista pelo FUNDO, o que poderá afetar negativamente a sua rentabilidade;



i) **cobrança dos direitos:** a contratação de terceiros para fazer a cobrança dos direitos creditórios e repassar os recursos respectivos ao FUNDO pode representar uma limitação ao exercício de direitos pelo FUNDO, nos casos de intervenção, liquidação e/ou falência do contratado ou, ainda, no caso de não realização da cobrança de forma eficiente e bem sucedida, de acordo com os procedimentos descritos no capítulo 6, a seguir; e

(j) **pré-pagamento e renegociação dos créditos passíveis de cessão ao FUNDO:** A meta de Rentabilidade Prioritária do FUNDO pode não ser alcançada em virtude da ocorrência de pré-pagamento e renegociação dos créditos passíveis de cessão ao FUNDO.

Capítulo 6

DO PROCEDIMENTO DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

6.1. A cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO terá início previamente aos seus respectivos vencimentos, podendo o FUNDO:

- a) valer-se da emissão de boletos bancários como modalidade mais usual para a cobrança dos Direitos Creditórios, sempre indicando a conta bancária mantida em nome do FUNDO
- b) receber e cobrar, direta ou indiretamente, os Direitos Creditórios a seus respectivos devedores, através de medidas judiciais e/ou extrajudiciais;
- c) notificar os devedores da cessão dos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO, pelo próprio boleto de que trata a alínea "a" anterior e/ou correspondência específica; e
- d) confirmar, com os devedores, os dados para a cobrança dos créditos adquiridos.

6.2. Fica estabelecida a seguinte política para a recuperação de créditos e cobertura dos prejuízos decorrentes de mora, inadimplemento dos Direitos Creditórios cedidos ou, conforme o caso, descumprimento de Contratos de Cessão:

- a) notificação dos Garantidores para quitação das obrigações devidas ao FUNDO;
- b) alternativamente, a cobrança será feita pelas vias e mecanismos extrajudiciais que a empresa contratada para tanto, nos termos do item 6.4, julgar mais adequado tais como contatos telefônicos, notificações por correspondência escrita, ou qualquer outro mecanismo de cobrança realizado fora do âmbito judicial, junto aos Clientes e/ou Garantidores;



11 19668 16-10-08

c) a cobrança do devedor principal e seu co-obrigado (fiador), conforme o Contrato de Empréstimo, poderá ser feita, também, a critério da ADMINISTRADORA e sob orientação da GESTORA, e independentemente do disposto na alínea anterior, por meio de ações de cobrança e execuções judiciais de contratos e garantias;

d) é facultado à ADMINISTRADORA, em nome do FUNDO e sob orientação da GESTORA, a celebração de transações judiciais ou extrajudiciais, que resultem em pagamento de valores ou na outorga de garantias em valores inferiores aos originalmente devidos ou aumento do prazo de pagamento, desde que tais medidas sejam do melhor interesse do FUNDO.

6.3. O objetivo da política de recuperação de Direitos Creditórios é recuperar Direitos Creditórios em atraso da forma mais eficiente, conveniente e menos onerosa para o FUNDO, em observância à lei.

6.4. A GESTORA será responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios, podendo contratar, às expensas e em nome do FUNDO, escritórios de advocacia e/ou empresas prestadoras de serviços especializadas em cobrança e recuperação de créditos, sendo o valor líquido recuperado integralmente pago ao FUNDO. Adicionalmente será contratada instituição financeira para emissão de boletos de cobrança aos devedores, de modo a facilitar os pagamentos.

6.5. Pode-se resumir a forma de liquidação dos recebíveis como sendo feita através da cobrança dos créditos devidos e, caso necessário, da utilização das garantias previstas nos Contratos de Empréstimo e Contratos de Cessão. Os Direitos Creditórios, em regra, são pagos através de boletos bancários enviados mensalmente, cuja liquidação é feita na conta de cobrança em nome do FUNDO.

Capítulo 7

DA COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

7.1. As aplicações do FUNDO estarão representadas, na forma da regulamentação específica, obedecendo aos requisitos de diversificação e composição da carteira estabelecidos na Instrução CVM nº 356/01, conforme se segue:

a) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em compra de Direitos Creditórios;



111986616-10-08

- b) até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em operações compromissadas com os direitos creditórios integrantes da carteira do FUNDO;
- c) até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- d) até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- e) até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- f) até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em ativos de renda fixa, exceto quotas de Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);
- g) até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em CDB, RDB e demais títulos de renda fixa de emissão bancária de instituições financeiras classificadas pela Standard & Poor's com índice brAA- ou superior (ou equivalente); e
- h) até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em quotas de fundos de investimento das classes Renda Fixa e Referenciado DI.

7.2. As operações compromissadas de que trata o item 7.1, alínea b, poderão ser caracterizadas por:

- a) operações com compromisso de recompra, com vencimento em data futura anterior ou igual a do vencimento dos títulos objeto da operação, a saber:
 - i) venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, conjugada com compromisso de revenda assumido pelo comprador, para liquidação em data preestabelecida;
 - ii) venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, conjugada com compromisso de revenda assumido pelo comprador, para liquidação a qualquer tempo durante determinado prazo, a critério de qualquer das partes, conforme previamente acordado entre estas;



1119888 16-10-00

- iii) venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, liquidável a critério exclusivo do comprador, em data determinada ou dentro de prazo estabelecido; e
- b) operações com compromisso de revenda, com vencimento em data futura anterior ou igual a do vencimento dos títulos objeto da operação, a saber:
 - i) compra de títulos com compromisso de revenda assumido pelo comprador, conjugada com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, para liquidação em data preestabelecida;
 - ii) compra de títulos com compromisso de revenda assumido pelo comprador, conjugada com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, para liquidação a qualquer tempo durante determinado prazo, a critério de qualquer das partes, conforme previamente acordado entre estas; e
 - iii) compra de títulos com compromisso de revenda assumido pelo comprador, liquidável a critério exclusivo do vendedor, em data determinada ou dentro de prazo estabelecido.
- 7.3. Não haverá limite para a aplicação do patrimônio líquido do FUNDO em Direitos Creditórios de um mesmo originador, sua controladora, sociedades direta ou indiretamente controladas, coligadas ou sob controle comum. O FUNDO poderá adquirir direitos creditórios e outros ativos de um mesmo devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, desde que limitado a 1% (um por cento) do patrimônio líquido do FUNDO.
- 7.4. É facultado ao FUNDO, ainda, realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas. O limite máximo de exposição do FUNDO nesses mercados é de até 1 (uma) vez o seu patrimônio líquido
- 7.5. Para efeito do disposto no item anterior:
 - a) as operações poderão ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil;



1110800 16-12-08

b) serão considerados, para efeito de cálculo de patrimônio líquido do FUNDO, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

7.6. É vedado ao FUNDO realizar operações de *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia.

Capítulo 8

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E AVALIAÇÃO DOS ATIVOS

8.1. O Patrimônio Líquido do FUNDO corresponde à soma algébrica do disponível com o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades. Na apuração do valor da carteira serão observadas as normas e procedimentos constantes do COFI - Plano de Contas de Fundos de Investimento, bem como outras normas contábeis da CVM específicas para este fim.

8.2. Os Direitos Creditórios que compõem a carteira do FUNDO serão avaliados com base na seguinte fórmula:

$$VD = VE / [(1 + TD) ^ (\text{dias úteis do período} / 252)]$$

Na qual:

VD = Valor do direito creditório na data de apuração;

VE = Valor esperado de recebimento do direito creditório na data esperada para recebimento;

TD = taxa de desconto utilizada no cálculo do preço, em cada contrato de cessão de direitos creditórios.

8.3. A rentabilidade obtida no passado pelo FUNDO não representa garantia de resultados futuros.

Capítulo 9

EMIÇÃO, COLOCAÇÃO, NEGOCIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS

9.1. A ADMINISTRADORA, em nome do FUNDO e seguindo recomendação expressa da GESTORA, poderá emitir uma ou mais séries de quotas seniores, observado que:



- a) a emissão de nova série de Quotas Seniores não implique no rebaixamento da classificação de risco das séries de Quotas Seniores em circulação para nota inferior a A- da Standard & Poor's (referida no item 3.4.);
- b) a emissão de nova série de Quotas Seniores não comprometa a relação mínima de quotas seniores e subordinadas tratada no item 9.24. ou em qualquer dos suplementos ainda vigentes;
- c) o respectivo Suplemento, de que trata o item 9.2., seja devidamente preenchido e assinado, sendo levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos; e
- d) a emissão seja levada a registro perante a CVM, conforme as Instruções CVM 356 e 400, conforme o caso, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis

9.2. Cada emissão de séries de quotas seniores pelo FUNDO deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva série, na forma do Anexo I a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série:

- a) quantidade de quotas seniores;
- b) o Valor Unitário de Emissão;
- c) Data de Emissão;
- d) Prazo de Duração das Quotas Seniores;
- e) Data de Resgate;
- f) Meta de Rentabilidade Prioritária;
- g) Percentual Mínimo de Subordinação Durante o Prazo de Duração desta Série;
- h) Amortizações Programadas;
- i) Forma de Integralização.

9.3. A Meta de Rentabilidade Prioritária de cada série de quotas seniores será estabelecida no Suplemento de emissão da respectiva série, e as quotas terão seu valor calculado com base no item 9.11. abaixo.



1119800 16-10-00

9.4. As quotas seniores terão as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às quotas subordinadas do Fundo, observado o disposto neste Regulamento;
- b) Valor Unitário de Emissão fixado no respectivo Suplemento de emissão;
- c) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no item 9.11. deste Regulamento; e
- d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

9.5. As quotas seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série de quotas, ficando autorizado o cancelamento de todo o saldo, de cada série, não colocado das quotas seniores emitidas pelo FUNDO.

9.6. O FUNDO emitirá quotas subordinadas, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de quotas subordinadas.

9.7. As quotas subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordinam-se às quotas seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das quotas seniores em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
- c) valor unitário de emissão de R\$ 1,00 (um real) na data da 1ª emissão, sendo que as quotas subordinadas distribuídas posteriormente terão seu valor Unitário de emissão calculado com base na alínea (d) abaixo;
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no item 9.14.;



1119806 16-10-08

- e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas assembleias gerais, sendo que a cada quota subordinada corresponderá 1 (um) voto;
 - f) serão subscritas exclusivamente pela GESTORA, em lotes únicos e indivisíveis a cada nova emissão e não poderão ser por estes alienadas ou transferidas a qualquer título, nem tampouco gravadas com quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza; e
 - g) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de quotas subordinadas.
- 9.8. Após o encerramento da primeira distribuição de Quotas Subordinadas, a Administradora poderá realizar nova distribuição de Quotas Subordinadas, em número indeterminado.
- 9.9. As quotas seniores e as quotas subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos itens 9.11. e 9.14., respectivamente, deste Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos investidores à disposição do FUNDO (isto é, valor da quota no dia útil em questão), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação, admitindo-se transferência via mercado de balcão organizado no qual as quotas se encontrem registradas.
- 9.10. No ato de subscrição de quotas seniores, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição; e (ii) se comprometerá a integralizar as quotas seniores subscritas, que poderão ser integralizadas por meio da CETIP, conforme o previsto no Suplemento de distribuição da respectiva série de quotas seniores, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento. O subscritor que deixar de integralizar suas Quotas exclusivamente por força de limitações ou vedações impostas pela legislação ou regulamentação que lhe sejam aplicáveis, poderá se eximir de realizar a integralização do total de quotas que subscreveu, de forma que integralize o montante máximo nos limites da legislação aplicável.
- 9.11. A partir da Data da 1ª integralização de quotas seniores de cada série, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:



1118866 16-10-03

i)

$$VS_{nD0} = \frac{Fn \times PL}{Qn}$$

Onde:

$$F_n = \frac{VS_{nD-1} \times (1 + Tn)^{\frac{1}{252}} \times Qn}{\sum_{i=1}^n VS_{iD-1} \times (1 + Ti)^{\frac{1}{252}} \times Qi}$$

F_n = Fator de participação da n-ésima série sênior no Patrimônio Sênior do Fundo

VS_{n-1} = Valor da quota sênior da n-ésima série em D-1

VS_n = Valor da quota sênior da n-ésima série em D+0

T_n = Meta de rentabilidade da n-ésima série da quota sênior

Q_n = Número de quotas sênior da n-ésima série em D+0

N = Total de séries de quotas seniores emitidas

PL = Patrimônio Líquido do Fundo

(ii)

$$VS_{nD0} = VS_{nD-1} \times (1 + Tn)^{\frac{1}{252}}$$

Onde:

VS_{n-1} = Valor da quota sênior da n-ésima série em D-1

VS_n = Valor da quota sênior da n-ésima série em D+0

T_n = Meta de rentabilidade da n-ésima série da quota sênior

- 9.12. Os critérios de determinação do valor das quotas seniores de cada série, definidos no item 9.11. anterior, têm como finalidade definir (i) o valor de integralização de quotas seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição e (ii) qual a parcela do patrimônio líquido do FUNDO que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das quotas seniores da série em questão na hipótese de amortização e/ou resgate de suas quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da ADMINISTRADORA, do GESTOR ou do FUNDO.



111886016-10-08

- 9.13. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das quotas seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais quotas, calculado conforme o item 9.11., acima, na respectiva data de amortização ou data de resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de quotas.
- 9.14. A partir da data da 1ª integralização de quotas subordinadas, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das quotas seniores em circulação, dividido pelo número de quotas subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.
- 9.15. As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo FUNDO nas respectivas Datas de Resgate, conforme informação constante do Suplemento correspondente, observado ainda o previsto neste regulamento.
- 9.16. Sem prejuízo do previsto no item 9.17, abaixo, o FUNDO poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de quotas seniores a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento. As amortizações poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: i) prévia deliberação da assembléia geral de cotistas; e ii) envio pela GESTORA das informações necessárias, a critério da ADMINISTRADORA, para a operacionalização dos pagamentos;
- 9.16.1. Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos no item 9.16., a amortização deverá necessariamente abranger rendimentos/juros.
- 9.17. Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no item 9.23. deste regulamento, a ADMINISTRADORA, conforme informações recebidas da GESTORA, deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do FUNDO correspondentes (i) aos titulares das quotas seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os itens anteriores deste Regulamento; e (ii) aos titulares das quotas subordinadas na hipótese prevista no item 9.23 deste Regulamento ou após o resgate integral das quotas seniores, nos montantes apurados conforme os itens 9.11. e 9.14. deste regulamento.



11198888 16-13-08

- 9.18. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no item 9.25. deste regulamento, em Direitos Creditórios.
- 9.19. A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá constituir uma Reserva de Liquidez para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores ("Reserva de Liquidez"). Para tanto, a Administradora deverá condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do disposto no item 9.20., seguinte.
- 9.20. A Reserva de Liquidez deve ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado das amortizações e resgates previstos para os 30 (trinta) dias subsequentes. Ademais, a GESTORA deverá investir os fundos disponíveis na Reserva de Liquidez, exclusivamente em ativos financeiros com liquidez diária, de forma a garantir o pagamento tempestivo das amortizações e resgates, sem prejuízo das demais disposições do presente Regulamento.
- 9.21. Os procedimentos descritos no item 9.19. e 9.20. não constituem promessa ou garantia, por parte da Administradora ou do Gestor, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Liquidez, representando apenas um objetivo a ser perseguido.
- 9.22. Caso os montantes disponíveis na Reserva de Liquidez deixem de atender ao disposto no item 9.20, acima, o Gestor deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos de Creditórios e destinar todas as disponibilidades do FUNDO, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Liquidez.
- 9.23. Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no item 9.22., anterior, deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita, em especial para a manutenção da relação de que trata o item 9.24., e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a ADMINISTRADORA, mediante prévia recomendação da GESTORA, pode amortizar as Quotas Subordinadas.
- 9.24. As quotas da classe subordinadas representarão no mínimo 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do FUNDO. A relação mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor das quotas seniores será, portanto, de 1,11 (um vírgula onze), salvo a existência de suplemento em vigor, com a determinação de percentual mínimo de subordinação superior, hipótese em que, durante o prazo de duração da série, este percentual adicional deverá ser respeitado. Tal relação será apurada e divulgada aos quotistas a cada solicitação pelo quotista. Caso se verifique que a relação mínima não foi mantida, será convocada assembleia geral de



110800 16-10-00

quotistas para deliberar sobre o assunto. Também competirá a assembléia geral de quotistas, a qualquer tempo, mediante recomendação da GESTORA e desde que não implique em redução da classificação de risco das quotas do FUNDO, alterar a relação de quotas seniores e subordinadas prevista neste item.

- 9.25. Admite-se que a amortização e o resgate final das quotas subordinadas sejam efetuados em direitos creditórios, mediante prévia deliberação da assembléia geral de quotistas, neste sentido.
- 9.26. A qualidade dos quotistas caracteriza-se pelo registro das quotas na conta de depósito aberta em seu nome ou para investidores com quotas custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, por extrato de custódia por ela emitido em nome do quotista.
- 9.27. O valor mínimo para subscrição de quotas seniores, por quotista, é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- 9.28. As quotas seniores do FUNDO encontram-se registradas para negociação secundária no CETIP, bem como no BOVESPA FIX e no SOMA FIX, administrados pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. - BVSP (doravante denominada "Bovespa"), sendo as quotas custodiadas e os negócios liquidados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.
- 9.29. O responsável pela escrituração das quotas deverá fornecer ao CETIP à CBLC e à BOVESPA, conforme o caso, em tempo hábil, todas as informações referentes aos Eventos de Custódia atribuídos às quotas seniores do FUNDO, para permitir o repasse dos mesmos aos respectivos titulares.
- 9.30. A amortização de quotas deverá ser feita através de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente do quotista. Para os investidores que tiverem suas quotas custodiadas na CBLC, o pagamento da amortização será efetuado de acordo com os procedimentos adotados pela CBLC.
- 9.31. Caso o pagamento de amortizações ou resgates de quotas coincida com data que seja feriado de âmbito nacional ou na cidade de São Paulo a sua efetivação será automaticamente postergada para o primeiro dia útil subsequente ao do feriado.



1119800 16-10-06

Capítulo 10
DA ASSEMBLÉIA GERAL

10.1. Será da competência privativa da assembléia geral de condôminos do FUNDO:

- a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do FUNDO e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- b) alterar o Regulamento do FUNDO;
- c) deliberar sobre a substituição da ADMINISTRADORA e/ou da GESTORA do FUNDO;
- d) deliberar sobre a elevação da taxa de administração do FUNDO;
- e) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão do FUNDO;
- f) deliberar sobre a liquidação ou alteração do prazo do FUNDO;
- g) permitir que a ADMINISTRADORA, às expensas do FUNDO, contrate serviços de consultoria de empresas especializadas, objetivando análise e seleção dos ativos financeiros e das modalidades operacionais para integrarem a carteira do FUNDO;
- h) deliberar a emissão de novas quotas, devendo a cada nova emissão reavaliar a proporção entre quotas seniores e subordinadas de que trata o item 9.24. do Regulamento.

10.2. Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de assembléia geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos condôminos.

10.3. A convocação da assembléia geral de condôminos do FUNDO far-se-á obedecendo as seguintes regras:

- a) a convocação será feita mediante anúncio publicado no periódico de que trata o item 11.2, ou por meio de carta com aviso de recebimento, ou telegrama com comunicação de entrega, endereçados a cada condômino, dos quais constarão, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a assembléia, e os assuntos a serem tratados;



11119888 16-10-06

- b) a primeira convocação da assembléia geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio, ou do envio de telegrama aos condôminos;
- c) nas hipóteses das alíneas (c) até (f) do item 10.1, não se realizando a assembléia geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciada a expedição de carta ou telegrama, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias;
- d) a segunda convocação da assembléia geral pode ser providenciada juntamente com o anúncio ou correspondência de primeira convocação.
- 10.4. Além da reunião anual de prestação de contas, a assembléia geral pode reunir-se por convocação da ADMINISTRADORA ou de condôminos possuidores de quotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de quotas emitidas.
- 10.5. Na assembléia geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um condômino, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria absoluta de quotas de condôminos presentes, correspondendo a cada quota um voto.
- 10.6. As deliberações relativas às alíneas (c) a (e) do item 10.1. serão tomadas, em primeira convocação, pela maioria das quotas emitidas; as deliberações relativas à alínea (f) serão tomadas, em primeira convocação, por 2/3 (dois terços) das quotas emitidas; em segunda convocação, as deliberações referidas neste item serão tomadas pela maioria das quotas dos presentes.
- 10.7. Somente poderão votar na assembléia geral os condôminos registrados até 3 (três) dias corridos antes da data fixada para sua realização, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.
- 10.8. Não têm direito a voto na assembléia a ADMINISTRADORA e seus empregados.
- 10.9. A assembléia, para deliberar acerca da liquidação do FUNDO, será obrigatoriamente convocada pela ADMINISTRADORA na hipótese do item 4.12, acima.
- 10.10. A assembléia geral poderá, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos quotistas para exercer funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do FUNDO, em defesa dos interesses dos quotistas, e de acordo com os requisitos previstos na



111986616-10-00

legislação aplicável em vigor. Somente poderá exercer as funções de representante dos quotistas, pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- a) ser condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos;
- b) não exercer cargo ou função na instituição administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- c) não exercer cargo em empresa cedente de direitos creditórios integrantes da carteira do FUNDO.

Capítulo 11

DA PUBLICIDADE E REMESSA DOS DOCUMENTOS

- 11.1. A ADMINISTRADORA divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante a ela atinente, de modo a garantir a todos os condôminos acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto a sua permanência no FUNDO.
- 11.2. A divulgação de qualquer informação pertinente ao FUNDO deverá ser feita por intermédio de publicação no periódico Diário Mercantil e mantida à disposição dos condôminos na sede e na filial da ADMINISTRADORA.
- 11.3. A eventual substituição do periódico acima será deliberada em assembléia geral.

Capítulo 12

LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

- 12.1. Poderá haver a liquidação antecipada do FUNDO, desde que ratificada pela assembléia geral de quotistas, nas seguintes hipóteses:
 - a) se houver renúncia da GESTORA ou descredenciamento desta pela CVM; e
 - b) se o nível de subordinação do FUNDO estiver abaixo do percentual mínimo referido no item 9.24. do presente Regulamento.



111980010-10-06

- 12.2 Na ocorrência de liquidação antecipada do FUNDO, as quotas poderão ser resgatadas em direitos creditórios, devendo a própria assembleia geral tratar dos prazos, forma e condições de pagamento aos cotistas.
- 12.3 Caso a assembleia geral de quotistas, de que trata o *caput*, opte pela não liquidação do FUNDO em uma das hipóteses ali previstas, os quotistas que dissentirem da deliberação poderão resgatar suas quotas pelo valor vigente à época da deliberação.
- 12.4 Na hipótese de liquidação do FUNDO, os titulares de quotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de quotas seniores.

Capítulo 13
DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. A ADMINISTRADORA, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocará à disposição dos condôminos, em sua sede, as informações sobre:
- a) o número de quotas de propriedade de cada condômino e respectivo valor;
 - b) a rentabilidade do FUNDO, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e
 - c) o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do FUNDO, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.
- 13.2. A ADMINISTRADORA disponibilizará em sua sede a cada condômino, anualmente, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, documento contendo informações sobre o número de quotas de sua propriedade e o respectivo valor, bem assim a rentabilidade do FUNDO no ano.
- 13.3. Constituirão encargos do FUNDO, além da taxa de administração, as seguintes despesas, que lhe poderão ser debitadas pela ADMINISTRADORA e apropriadas diretamente ao patrimônio líquido do FUNDO:



- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento do FUNDO ou na regulamentação pertinente, aprovadas previamente pela GESTORA;
- c) despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos condôminos;
- d) honorários e despesas dos auditores encarregados da revisão das demonstrações financeiras e das contas do FUNDO e da análise de sua situação e da atuação da ADMINISTRADORA, aprovados previamente pela GESTORA;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o FUNDO venha a ser vencido, aprovados previamente pela GESTORA;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do FUNDO ou à realização de assembléia geral de condôminos;
- h) taxas de custódia de valores do FUNDO, aprovadas previamente pela GESTORA;
- i) despesas com escritórios de advocacia e empresas prestadoras de serviços de cobrança dos direitos creditórios integrantes da carteira do FUNDO, aprovadas previamente pela GESTORA, observado o disposto no item 6.5;
- j) despesas com a contratação de agência classificadora de risco, aprovadas previamente pela GESTORA; e
- k) despesas referentes ao registro para negociação e custódia das quotas.

13.4. Não será cobrada taxa de ingresso ou saída dos quotistas.

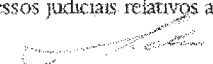
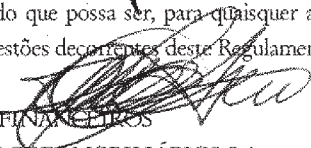


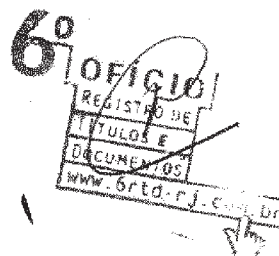
1119806 10-10-08

Capítulo 14

DO FORO

- 14.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para quaisquer ações nos processos judiciais relativos ao FUNDO ou a questões decorrentes deste Regulamento.



BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
- Administradora -



1112866 16-10-06

ANEXO I
MODELO DE SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO
CRÉDITO UNIVERSITÁRIO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA [] SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

Suplemento ao regulamento para emissão da [] Série de Quotas Seniores da do Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: [];
- b) O Valor Unitário de Emissão: [];
- c) Data de Emissão: [] de [] de [];
- d) Prazo de Duração das Quotas Seniores [];
- e) Data de Resgate: [];
- f) Meta de Rentabilidade Prioritária: [];
- g) Percentual Mínimo de Subordinação Durante o Prazo de Duração desta Série: [];
- h) Amortizações Programadas: [];
- i) Forma de Integralização [];

* Nunca inferior ao mínimo previsto no item 9.24 do Regulamento do Fundo.

Rio de Janeiro, [] de [] de 200[].

CRÉDITO UNIVERSITÁRIO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

ADMINISTRADORA

GESTORA



1º SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO
CRÉDITO UNIVERSITÁRIO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 2ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

Suplemento ao regulamento para emissão da 2ª Série de Quotas Seniores do Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: 60.000.000 (sessenta milhões), podendo as quotas que sobejarem serem canceladas pela ADMINISTRADORA;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1,00 (um real), devendo a integralização ocorrer conforme o valor unitário calculado todo dia útil, nos termos do Regulamento;
- c) Data de Emissão: 25 de fevereiro de 2008;
- d) Prazo de Duração das Quotas Seniores 15 (quinze) meses, contados da 1ª integralização da presente emissão;
- e) Data de Resgate: 25 de maio de 2009;
- f) Meta de Rentabilidade Prioritária: 14% a.a;
- g) Percentual Mínimo de Subordinação Durante o Prazo de Duração desta Série: 25%
- h) Amortizações Programadas: Após o nono mês da 1ª integralização da presente emissão, mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAMT = VQS(T) \times (1/(6 - (M - 1)))$$

Onde: VAMT é o valor de amortização das Cotas Seniores;

VQS(T) é o valor unitário da Cota Sênior na data da amortização;

(T) M é o número do mês em que será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 6 (última amortização).

- i) Forma de Integralização: Em até dez dias úteis da assinatura do respectivo boletim de subscrição:

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2008.

Adriana Theodoro Silva Flores
CRÉDITO UNIVERSITÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS

Adriana Theodoro
Procuradora

Márcio Ferreti
Procurador

Do OFÍCIO DE NOTAS - TABELADO: JOSE DE BRITO FREIRE FILHO
Av. Rio Branco, 126 - SL20, Centro - RJ - telef: (21) 2503-4300
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
ADRIANA THEODORO SILVA FLORES; MÁRCIO ANTONIO DE CARVALHO FERRETI
Rio de Janeiro, 11/09/2008 Em testemunho da verdade, Conf. por
Escrituras: R\$66,94
Impostos: R\$2,06 ROSSON AGUIAR DE ANDRADE - ESCRIVENTE SUBSTITUTO
Total: R\$68,99
CPF: 77706042 e 17749241

ROSSON AGUIAR DE ANDRADE
Escriturante
CTPS 97

CONREGGADORA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
RECONHECIMENTO
CBE-PRIMA
17790940
ENR
2790941

33

1110806 16-10-00

ANEXO

**2º SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO CRÉDITO UNIVERSITÁRIO FUNDO
DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA
3ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES NO VALOR TOTAL DE
R\$ 150.000.000,00 (CENTO E CINQUENTA MILHÕES DE REAIS)**

Suplemento ao regulamento para emissão da 3ª Série de Quotas Seniores do Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: Até 150.000.000 (cento e cinquenta milhões), conforme cálculo do valor unitário de cada quota na data da integralização, podendo as quotas que sobejarem serem canceladas pela ADMINISTRADORA;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1,00 (um real), devendo a integralização em datas subsequentes à emissão ocorrer conforme o valor unitário calculado todo dia útil, nos termos do Regulamento;
- c) Data de Emissão: 30 de outubro de 2008;
- d) Prazo de Duração das Quotas Seniores 24 (vinte e quatro) meses, contados da 1ª integralização da presente emissão;
- e) Data de Resgate: Conforme tabela de amortizações programadas indicadas no item "h" abaixo;
- f) Meta de Rentabilidade Prioritária: CDI + 3% a.a. (três por cento ao ano);
- g) Percentual Mínimo de Subordinação Durante o Prazo de Duração desta Série:

Será o maior dos seguintes valores:

$$i) PS = 0,25 \times PL$$

$$ii) PS = 0,25 \times (DC1 - PDD1) + 1,00 \times (DC2 - PDD2)$$

Onde:

PL = Patrimônio Líquido total;

PS = Patrimônio Líquido subordinado;

DC1 = Direitos Creditórios com vencimento antes do final da cota sênior;

DC2 = Direitos Creditórios com vencimento após o final da cota sênior;

PDD1 = Provisão de Devedores Duvidosos dos Direitos Creditórios com vencimento antes do final da cota sênior;

PDD2 = Provisão de Devedores Duvidosos dos Direitos Creditórios com vencimento após o final da cota sênior.

Esta relação será apurada mensalmente no último dia de cada mês.

Não obstante, em sendo verificado o desenquadramento do limite previsto no inciso "ii", acima, anteriormente à convocação de Assembleia Geral para os fins previstos no item 9.24. do Regulamento, o Gestor terá o prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias para reenquadrar o Patrimônio Subordinado exigido. O limite mínimo previsto no inciso "i", acima, é



111980616-10-08

ANEXO

intransponível, ensejando a imediata convocação da referida Assembleia Geral, caso venha a ser desrespeitado.

- h) Amortizações Programadas: Serão realizadas amortizações calculadas conforme fórmula abaixo, nas datas programadas, nos termos da tabela a seguir:

$$VAMT = VQS(T) \times (1/(18 - (M-1)))$$

Onde: VAMT é o valor de amortização das Cotas Seniores;

VQS(T) é o valor unitário da Cota Sênior na data da amortização;

(T) M é o número do mês em que será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 18 (última amortização).

Datas de Amortização	
15/05/2009	
15/06/2009	
14/07/2009	
14/08/2009	
15/09/2009	
15/10/2009	
16/11/2009	
14/12/2009	
15/01/2010	
12/02/2010	
12/03/2010	
15/04/2010	
14/05/2010	
15/06/2010	
14/07/2010	
13/08/2010	
15/09/2010	
15/10/2010	



- i) Forma de Integralização: Em até dez dias úteis da assinatura do respectivo boletim de subscrição.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2008

CRÉDITO UNIVERSITÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Robson Aguiar de Almeida

OFÍCIO DE NOTAS JOSÉ MARIO PINHEIRO PINTO
Rua Almirante Barroso, 139 - Lota C - Fone: 3553-6021 Nº: 081016110018
Reconhecido por semelhança as firmas de: PAULO TADEU VIANA MADUREIRA.
MARIO POTA DE OLIVEIRA AZEVEDO, as quais conferem com os padrões arq
uivados em Cartório.

Valores
Firma.....: R\$ 1.03
Firma de Andrade.....: R\$ 3.47
Firma de Andrade.....: R\$ 9.00

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2008.
Em testemunha da verdade.

Robson Aguiar de Almeida

Robson Aguiar de Almeida

CTPS 97631

RECONHECIMENTO DE FIRMA
DA JUSTIÇA
SELO DE FISCALIZAÇÃO
GDG
SAK82467
PIJ
SAK82468

35



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 2 de outubro de 2008

Relatório de Rating Preliminar

Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Terceira Série de Cotas Seniores

Analistas: Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com; Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com;

Este relatório preliminar baseia-se em informações obtidas até 2 de outubro de 2008 e não constitui uma recomendação de compra, manutenção ou venda de títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Quaisquer informações subseqüentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.

Ratings Preliminares em 2 de Outubro de 2008

Instrumento	Rating	Subordinação Mínima Inicial	Montante Preliminar (em milhões de R\$)	Vencimento Legal Final
Segunda Série de Cotas Seniores	'brA'	25%	51,6**	Maio de 2009
Terceira Série de Cotas Seniores	'brA' Preliminar	25%	150	24 meses após a emissão
Cotas Subordinadas	Não Classificadas	Não aplicável	Até 66,66	Janeiro de 2027

* O rating de crédito atribuído a terceira série de cotas seniores é preliminar e está sujeito a modificações;

** Valor aproximado do Patrimônio Líquido Sênior em setembro de 2008.

Perfil

Fundo: Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Data prevista para o lançamento da terceira Série de Cotas Seniores: Outubro de 2008

Ativos subjacentes: Direitos creditórios decorrentes de "Contratos de Empréstimo", oriundos do segmento educacional ou de instituições financeiras que podem ser: Contratos de Crédito Direto ao Consumidor para pagamento de prestação de serviços educacionais ou Contratos de Mútuos para financiar débitos de serviços educacionais já prestados.

Originadores dos recebíveis de crédito subjacentes do Fundo: Ideal Invest S/A por intermédio de bancos comerciais.

Administrador: BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S/A (BNY Mellon)

Custodiante: Deutsche Bank S/A – Banco Alemão (Deutsche)

Gestor: Ideal Invest S.A.

Fundamentos

A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje o rating preliminar 'brA' à terceira série de cotas seniores a serem emitidas pelo Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Crédito Universitário FIDC) no montante de até R\$ 150 milhões. Os ativos subjacentes do Fundo são direitos creditórios decorrentes de "Contratos de Empréstimo", oriundos do segmento educacional ou de instituições financeiras que podem ser: Contratos de Crédito Direto ao Consumidor para pagamento de prestação de serviços educacionais ou Contratos de Mútuos para financiar débitos de serviços educacionais já prestados, além de caixa e de outros investimentos específicos.

O rating preliminar 'brAf' atribuído à terceira série de cotas seniores a serem emitidas pelo Crédito Universitário FIDC na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos expressa a qualidade geral de crédito dos ativos subjacentes do Fundo e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating atribuído às cotas seniores do Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem proteção FORTE contra perdas advindas de inadimplência.

Os mecanismos de reforço de qualidade de crédito incorporados ao Crédito Universitário FIDC incluem a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas (mínimo de 25%) e pelo *spread* excedente.

O Fundo realizará compras rotativas e periódicas desses recebíveis. Os direitos creditórios serão adquiridos pelo Fundo, e terão de cumprir uma série de condições de cessão, as quais, serão verificadas pela gestora do Fundo, a Ideal Invest. O Fundo deverá também respeitar os critérios de elegibilidade que serão verificados pelo custodiante do Fundo, o Deutsche Bank. A maioria dos filtros será verificada pelos gestores do Fundo, uma vez que o custodiante não está apto a executar a verificação de boa parte desses filtros.

O Crédito Universitário FIDC é um condomínio fechado, com prazo de duração de 20 anos após a subscrição inicial de cotas. O prazo de duração da terceira série de cotas seniores será de 24 meses, ao passo que a segunda série de cotas seniores vence em maio de 2009. O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa dos direitos creditórios e outros investimentos. Para cobrir os riscos relacionados à carteira de recebíveis, tendo-se em vista as especificidades do ambiente de fundos de direitos creditórios no Brasil, estruturou-se um reforço de qualidade de crédito condizente com a categoria de rating "brAf". O reforço de crédito fornecerá o suporte adequado às cotas seniores do Fundo e assumirá a forma de subordinação estrutural mínima de 25% do patrimônio do Fundo, além de um *spread* excedente mínimo variável, que dependerá do nível de subordinação, conforme a tabela abaixo:

Nível de Subordinação Mínimo	Spread Excedente (a.a.)*
25%	Acima de 9,8%
27%	Entre 5,5% e 9,8%
29%	Entre 2,7% e 5,5%
30%	Entre 1,4% e 2,7%

*Definido nesta operação como a Taxa Interna de Retorno Média dos Direitos Creditórios Subtraída da Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores.

Adicionalmente, caso o Fundo adquira direitos creditórios com prazo de duração posterior a data de vencimento da última série de cotas seniores em andamento, o nível mínimo de subordinação será o maior entre: a) 25% do Patrimônio Líquido do Fundo; e b) 25% do valor líquido de Provisão para Devedores Duvidosos dos direitos creditórios com vencimento antes do vencimento da terceira série de cotas seniores acrescidos de 100% do valor líquido de Provisão para Devedores Duvidosos dos direitos creditórios com vencimento após o vencimento da terceira série de cotas seniores.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do Fundo). No caso do Crédito Universitário FIDC, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento (nesse caso, equivalente a Taxa DI Over + 3% a.a. para as cotas seniores). As cotas seniores emitidas pelo Crédito Universitário FIDC poderão ser vendidas para investidores qualificados, incluindo empresas, clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras, fundos de investimentos e instituições financeiras.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos

globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's nem com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa. O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAf' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCf' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração, bem como ao risco cambial apresentados pelo Fundo.

Principais Pontos Fortes, Fragilidades e Fatores Atenuantes

Pontos Fortes

Os principais pontos fortes das cotas seniores do Fundo são:

- A proteção de crédito adequada fornecida pela subordinação de cotas (nível mínimo de 25%) e pelo *spread* excedente;
- A estrutura legal da operação, que possui dispositivos adequados à salvaguarda jurídica dos cotistas;
- A capacidade da Ideal Invest, como originadora de recebíveis ligados ao setor educacional.

Fragilidades

A Standard & Poor's identificou os seguintes pontos fracos relativos às cotas seniores do Fundo:

- A qualidade de crédito da carteira de recebíveis subjacentes poderá variar durante a vigência do Fundo, em função da natureza rotativa dos ativos;
- A ausência de um histórico significativo de informações sobre o desempenho dos recebíveis, uma vez que o programa que origina os recebíveis teve seu início em janeiro de 2007, o que limita o histórico de desempenho dos ativos a 20 meses;
- O descasamento de taxa de juros gerado pela rentabilidade pré-fixada do ativo e a rentabilidade pós-fixada das obrigações do Fundo;

Fatores Atenuantes

A transação apresenta aspectos estruturais importantes que atenuam as fragilidades acima mencionadas, tais como:

- A política de crédito conservadora aplicada pela Ideal Invest e sua boa experiência no gerenciamento de empréstimos ligados ao setor educacional;
- A adoção, pela Standard & Poor's, de estimativas de perdas mais conservadoras do que aquelas apresentadas pelos ativos subjacentes no curto histórico de informações disponível;
- A definição, pela Standard & Poor's, de estimativas conservadoras para a Taxa DI Over, que é um dos componentes de remuneração para a terceira série de cotas seniores;
- Os critérios de elegibilidade para a compra de recebíveis, com o objetivo de reduzir o risco de deterioração da qualidade de crédito da carteira subjacente.

Descrição do Crédito Universitário FIDC

Descrição do Mecanismo de Pagamento das Cotas

O Fundo possui cotas seniores e subordinadas denominadas em reais. Essas cotas são garantidas por empréstimos direcionados a estudantes, denominados na mesma moeda, e/ou por outros instrumentos de renda fixa, investimentos de curto prazo e caixa. O rendimento e o valor de face da nova série de cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa do pagamento dos direitos creditórios e de outros investimentos. As cotas subordinadas não apresentam rentabilidade alvo nem data de resgate específicas.

Componentes do Rendimento e do Valor de Face

O valor das cotas será calculado diariamente pelo custodiante.

a) Componentes do Rendimento:

Ao contrário do que acontece com os títulos de renda fixa e com outros títulos de dívida, um fundo não promete efetuar nenhum pagamento de principal ou de juros aos investidores (cotistas). Portanto, conforme exposto anteriormente, cada cotista espera receber apenas o rendimento previsto. Assim, o Fundo buscará atingir um retorno para os cotistas seniores da terceira série de cotas equivalente à Taxa DI Over, acrescida de um *spread* de 3,0% a.a.. As cotas subordinadas não apresentam rendimento alvo, embora se beneficiem de qualquer valor excedente.

b) Componentes do Valor de Face:

As cotas seniores da terceira série serão amortizadas em 18 pagamentos mensais consecutivos após um período de carência inicial de 6 meses contados a partir da emissão dessas cotas. Os empréstimos estudantis poderão ter vencimento superior ao vencimento da última série de cotas seniores em andamento, porém, nesta hipótese, o Fundo deverá manter um nível de subordinação superior, equivalente ao maior entre: 25% do patrimônio líquido do Fundo, ou 25% do valor líquido de Provisão para Devedores Duvidosos dos direitos creditórios com vencimento antes do vencimento da terceira série de cotas seniores acrescidos de 100% do valor líquido de Provisão para Devedores Duvidosos dos direitos creditórios com vencimento após o vencimento da terceira série de cotas seniores.

Adicionalmente, o Fundo mantém uma Reserva de Amortização, que equivale a 100% do valor estimado da próxima amortização ou resgate de cotas seniores com 30 dias de antecedência. A Instituição Administradora deve manter esses recursos alocados em ativos elegíveis de alta liquidez.

Fluxo de Recursos do Crédito Universitário FIDC

Os alunos efetuam os pagamentos dos empréstimos por boletos bancários e os recursos são direcionados para a conta corrente do Fundo. Assim que os recursos são transferidos para a conta do Fundo, o custodiante calcula as provisões de perdas, verifica os níveis de subordinação e os informa ao administrador do Fundo (BNY Mellon Serviços Financeiros S/A DTVM) que, em nome do Fundo, realiza a formação das reservas, efetua as amortizações, se necessário, e compra novos direitos creditórios.

Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade

Os direitos creditórios devem satisfazer o seguinte critério de elegibilidade, que será verificado pelo custodiante:

- Prazo máximo de 100 meses.

Adicionalmente, a Gestora se obriga a verificar as seguintes condições de cessão na seleção dos ativos para o Fundo:

- O empréstimo deve contar com pelo menos um coobrigado, fiador ou avalista com CPF em situação regular;
- O valor do vencimento dos direitos creditórios com vencimento em data posterior ao prazo de duração da última série sênior em aberto emitida pelo Fundo não pode ultrapassar a parcela do patrimônio líquido equivalente ao Percentual Mínimo de Subordinação;
- O cliente deve residir no país e possuir CPF em situação regular.

Além dos critérios de elegibilidade e condições de cessão mencionados acima, os Clientes e Garantidores deverão apresentar o seguinte perfil, que deverá ser verificado pelo gestor:

- Renda mínima mensal, conjunta, de duas vezes o valor da mensalidade do curso alvo do financiamento;
- Não podem ter pendências cadastrais no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC);
- O Garantidor deve morar no Brasil e não pode ser estrangeiro;
- Devem ter o CPF regular junto a Receita Federal;
- O Cliente deve estar devidamente matriculado em cursos de graduação presenciais em instituições de ensino cadastradas para o programa “Pra Valer”.

Eventos de Liquidação Antecipada e de Avaliação do Crédito Universitário FIDC

Qualquer um dos eventos a seguir será considerado um caso de liquidação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a: (i) informar os cotistas a respeito do evento; (ii) suspender os pagamentos de amortização de quaisquer cotas seniores em aberto; e (iii) convocar uma assembléia geral dos cotistas seniores para decidir sobre os procedimentos para a liquidação do Fundo.

Os eventos de liquidação antecipada são:

1. Se houver renúncia da gestora ou descumprimento desta pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários;
2. Se o nível de subordinação estiver abaixo de 10% do patrimônio líquido do Fundo.

Além dos eventos de liquidação antecipada, caso o nível de subordinação esteja abaixo de 25% durante a existência da série de cotas seniores, será convocada uma Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre o assunto.

Riscos Relevantes de Programas de Securitização de Empréstimos a Estudantes

Os ratings de operações estruturadas baseiam-se, principalmente, na qualidade de crédito de ativos isolados ou de carteiras de ativos, sem considerar a qualidade de crédito do originador ou do tomador de recursos. As operações estruturadas procuram isolar as operações das entidades, tais como vendedores de recebíveis que possuem ratings baixos ou que não possuem rating. O pior cenário analisado assume a falência de cada participante da operação que possua rating mais baixo do que o atribuído à operação, ou que não possua rating.

Esta seção descreve a metodologia para a análise dos riscos creditícios de uma operação de empréstimos pessoais a estudantes que constitui a carteira subjacente de direitos creditórios do Crédito Universitário FIDC. O principal risco associado à maior parte dos ativos é o risco de inadimplência do devedor. A fungibilidade de caixa é outra preocupação em todas as operações garantidas por ativos. Custos de manutenção e aspectos relacionados à prestação do serviço também são motivos de preocupação que são analisados nesta seção.

Principais Riscos de Operações de Empréstimos a Estudantes

Tipo de Risco	Explicação Resumida	Aplica-se à Operação	Forma de Atenuação para as Cotas Seniores
(1) Inadimplência do devedor	Desempenho histórico de inadimplência e provisões para falta de pagamento.	Sim	Subordinação de cotas e <i>spread</i> excedente.
(2) Custos de manutenção da carteira	Custos previstos que serão incorridos durante o período de amortização.	Sim	Subordinação de cotas e <i>spread</i> excedente.
(3) Fungibilidade	Os recebimentos poderiam ser fungíveis aos de outros recebíveis/empréstimos do originador.	Não	Os recursos serão direcionados diretamente para a conta do Fundo.
(4) Aspectos relacionados à administração	O originador dos direitos creditórios poderia ser o administrador da carteira de ativos.	Sim	A Ideal Invest é contratada como gestora do Fundo, porém poderá ser destituída caso a Assembleia Geral de Cotistas tome esta decisão.

Os itens a seguir referem-se às respectivas seções contidas na tabela acima.

Risco de Inadimplência do Devedor (Estudante)

Normalmente, o histórico de inadimplência e o comportamento de baixas são os melhores indicadores da qualidade de crédito da carteira. Em geral, a Standard & Poor's define um nível de perda estimado por meio da análise estática da carteira de ativos elegíveis originada pelo Cedente nos últimos três a cinco anos. Este indicador é utilizado como parâmetro para o cenário base de fluxo de caixa. Entre os indicadores de comportamento de crédito avaliados estão:

- Taxa de inadimplência por safra, calculada mensalmente como o percentual de atraso acima de 90 dias dos direitos creditórios originados em cada mês sobre o montante total originado em cada mês, desde que a data de vencimento dos direitos creditórios seja menor que a data de corte da base de dados;
- Taxa de perda por safra, calculada mensalmente como o percentual de atraso acima de 180 dias dos direitos creditórios originados em cada mês sobre montante total originado em cada mês, desde que a data de vencimento dos direitos creditórios seja menor que a data de corte da base de dados
- Taxa de inadimplência por fluxo de vencimento, medida pelo percentual de atraso acima de 90 dias sobre o fluxo mensal de vencimentos das parcelas;
- Taxa de perda, medida pelo percentual de atraso acima de 180 dias sobre o fluxo mensal de vencimentos das parcelas; e
- Taxa de perda acumulada, calculada como o percentual do estoque total de empréstimos que estão ou estiveram em atraso há mais de 180 dias sobre o montante total originado em cada mês.

Custos de Manutenção da Carteira

Em uma operação com empréstimo a estudantes, é necessário que se crie uma reserva para cobrir juros e custos, tais como os de serviço e fiduciários, que serão incorridos durante o prazo de amortização. Pelo fato de os empréstimos serem ativos que rendem juros e a estrutura contar com um nível adequado de cotas subordinadas, a Standard & Poor's deverá se sentir confortável com o nível de rendimento do *spread* observado entre ativos subjacentes e as cotas seniores.

Fungibilidade

O risco de fungibilidade refere-se à possibilidade de os recebimentos serem fungíveis aos de outros recebíveis do cedente. Nesse caso, o risco de fungibilidade é limitado, pois os pagamentos são usualmente feitos por boletos bancários e diretamente direcionados para a conta do Fundo.

Aspectos Relacionados à Administração

No caso do Crédito Universitário FIDC, o principal administrador não será o originador, mas uma entidade independente, a BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S/A, que possui um longo

histórico de atuação no mercado brasileiro. Porém, a Ideal Invest mantém o papel de gestora do Fundo e, por isso, tem os poderes para gerir sua carteira, podendo assim exercer todos os direitos inerentes aos direitos creditórios e aos outros ativos integrantes da carteira do Fundo. No entanto, caso a Ideal Invest não cumpra com suas obrigações, a Assembléia Geral de Cotistas poderia destituir a gestora.

Análise de Crédito dos Ativos Subjacentes

Metodologia de Análise

Com relação às operações estruturadas, a Standard & Poor's realiza uma análise profunda do grau de suficiência do fluxo de recursos para pagar os cotistas no prazo estipulado. Para se determinar o rating 'brAf', submetemos os fluxos de caixa a vários cenários de estresse, considerando-se como caso base um patamar de inadimplência derivado do histórico da carteira selecionada e estabelecendo-o como um *proxy* de inadimplência de crédito. Após analisar o comportamento da carteira selecionada, o nível de inadimplência máximo foi multiplicado por um fator de estresse de crédito, o qual foi determinado pelo cenário construído para o rating almejado. Para determinar a força e a resistência dos fluxos e estruturas de caixa, essa porcentagem foi então submetida a outros testes de estresse, utilizando-se variáveis diferentes, inclusive de concentração e diluição de perdas ao longo do tempo, com o objetivo de avaliar a viabilidade do pagamento das cotas.

Severidade da Perda

Em razão da ausência de um histórico significativo, a Standard & Poor's não incorporou nenhum benefício à recuperação dos créditos, ou seja, assumimos que toda a inadimplência acima de 180 dias foi convertida em perda. Abaixo listamos dois dos principais cenários:

	Cenário 1	Cenário 2
Perdas de crédito	25,2%	25,2%
Período das perdas de crédito	Distribuição Linear	Mês 1 até 12: 60% Mês 12 até 24: 40%
Rentabilidade das cotas seniores	Taxa DI Over* + 3% a.a.	Taxa DI Over* + 3% a.a.

* Nível de estresse de 15,5% a.a. assumido durante toda a vida da terceira série.

Inadimplência

No caso do Crédito Universitário FIDC, em razão do curto histórico de inadimplência, a Standard & Poor's utilizou um parâmetro conservador de qualidade de crédito, derivado do histórico de perda por fluxo de vencimento, equivalente a 9%, no caso base. Embora o desempenho da carteira tenha sido pior do que o assumido no caso base nos meses iniciais do Fundo, o volume de recebíveis transacionados somente passou a ser mais relevante nos últimos doze meses, quando a performance ficou próxima do nível de perda caso base assumido pela Standard & Poor's. Além disso, nossa premissa também leva em conta a maior diversificação da carteira por devedor e por universidades, além de mudanças que fortaleceram a política de crédito da Ideal Invest no decorrer dos últimos meses.

Reforço da Qualidade de Crédito

Para cobrir os riscos relacionados às carteiras de empréstimos direcionados a estudantes, relativos especificamente ao ambiente de fundos de investimentos em direitos creditórios no Brasil, deverá ser estruturado um reforço da qualidade de crédito para o FIDC no nível da categoria de rating 'brAf'. O reforço de crédito permitirá o suporte de crédito das cotas seniores do FIDC e será realizado na forma de subordinação estrutural mínima de 25% e de *spread* excedente.

Risco Cambial

Não há risco cambial para os cotistas, uma vez que as cotas são emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados em reais.

Análise de Sensibilidade e de Cenários

Como parte de nossa iniciativa "Novas Ações da Standard & Poor's" (para mais informações consulte "A Listing of S&P's New Actions Aimed At Strengthening The Ratings Process", publicado

em 7 de fevereiro de 2008, apresentamos uma análise de cenário do tipo “E se?” com o objetivo de auxiliar os investidores a obterem um entendimento mais profundo dos perfis de risco de operações específicas e de prover informações abrangentes sobre as circunstâncias em que nossos ratings poderiam se alterar (ou as operações se tornarem inadimplentes) com relação a uma dada classe de ativos, frente a um conjunto determinado de circunstâncias econômicas.

1. De que forma os dados de desempenho histórico contribuem para o processo analítico da Standard & Poor's?

A Standard & Poor's geralmente analisa os dados de desempenho histórico de 3 a 5 anos fornecidos pelos originadores, com foco no desempenho dos índices de inadimplência e perda, bem como na aderência às práticas de originação e cobrança. Com base nos índices históricos de perda, política de originação e recebimento e das tendências e condições de mercado, a Standard & Poor's estabelece seu cenário base de perdas. Essa análise geralmente exclui os dados de desempenho que acreditamos que sejam pontuais ou insustentáveis.

Após estabelecermos o *proxy* de perda para o caso base, testamos vários cenários de fluxo de caixa, estressando taxas de juros e a distribuição temporal da perda de crédito para verificar se o nível de reforço da qualidade de crédito proposto é suficiente para cobrir as perdas dentro do cenário de rating almejado. Aplicamos testes de estresse nas perdas mediante um múltiplo, definido de acordo com nível de rating (quanto mais alto o nível de rating, maior o múltiplo aplicado), que podemos ajustar com base em nosso entendimento sobre as políticas de crédito do originador.

Para definir o cenário base de perda esperada dos direitos creditórios durante a existência da terceira série de cotas seniores do Crédito Universitário FIDC, a Standard & Poor's analisou os vinte meses de performance disponíveis, já que o processo de originação deste programa começou apenas em 2007. Apesar do relativamente curto histórico de dados, a política de crédito adotada pela Ideal Invest foi fortalecida nos últimos meses, o que se refletiu na melhora do desempenho dos recebíveis nos últimos oito meses, mensurado pelos indicadores de inadimplência e de perda da carteira. Adicionalmente, a captação da segunda série de cotas seniores em fevereiro de 2008 propiciou uma maior diversificação da carteira do Fundo por estudantes e por universidades, o que também contribuiu para a melhora nos indicadores de perda da carteira.

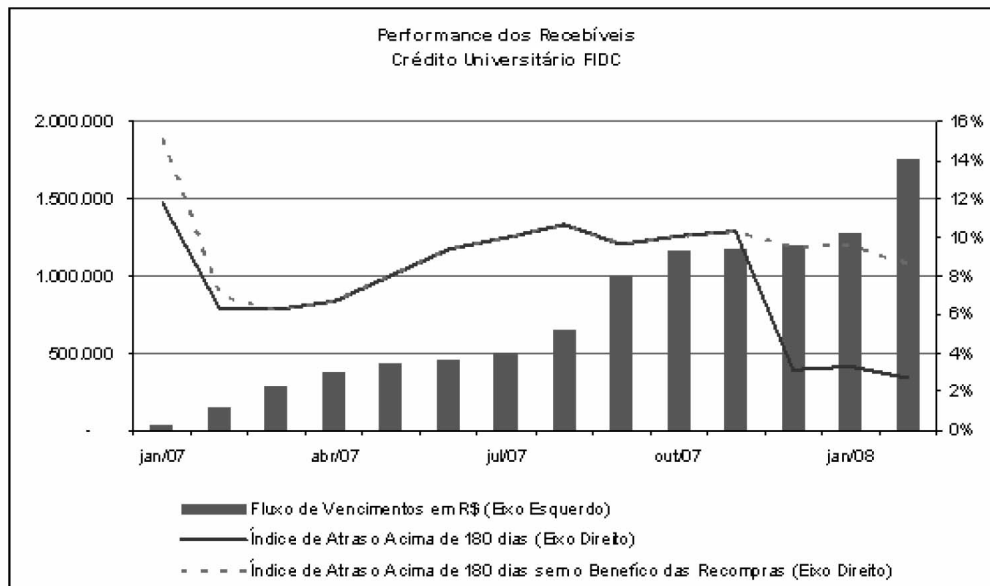
2. Qual nível de perda a estrutura pode suportar sob o atual cenário?

Considerando-se as premissas adotadas originalmente na modelagem do fluxo de caixa da operação, a transação poderia suportar uma perda de aproximadamente 10%, e ainda assim manter o seu rating no nível 'brA+'. Com todas outras variáveis constantes, tais como Taxa DI Over, nível de *spread* excedente, despesas esperadas e nível de pré-pagamento, o rating pode ser rebaixado para a categoria 'brBBB+' caso o nível de perda observado durante o monitoramento da operação ultrapasse este *benchmark*. Ainda, mantidas as demais hipóteses adotadas, o rating pode ser rebaixado para 'brBBB+' caso o nível de perda observado ultrapasse 16%. A Standard & Poor's monitora constantemente as operações por ela analisadas, atualizando os modelos de fluxo de caixa e atualizando os gatilhos de desempenho sempre que julgar necessário.

O rating pode ser mantido no caso de um aumento pontual na inadimplência, ou no caso de um aumento consistente, acompanhado por melhora de outras variáveis, como uma diminuição da Taxa DI Over, por exemplo, desde que os efeitos se compensem.

O Fundo poderia não ser capaz de honrar as amortizações programadas de cotas seniores caso a perda observada atingisse 27,5%, pelo menos, durante boa parte da existência da terceira série de cotas seniores, desde que mantidas constantes as demais hipóteses assumidas pela Standard & Poor's.

Performance dos Empréstimos Estudantis Ideal Invest por Intermédio de Bancos Comerciais



Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2007 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.

A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Mellon Serviços Financeiros

Crédito Universitário FIDC

Relatório do Administrador

Encaminhamos para sua apreciação as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

Reiteramos nossas recomendações, de que a leitura das Demonstrações Financeiras, é fundamental para o acompanhamento de seu investimento.

Chamamos a atenção para algumas informações (abaixo) que se encontram mais detalhadas nas notas explicativas que acompanham as Demonstrações Financeiras.

A carteira do fundo se comportou de acordo com a política de investimento estabelecida no regulamento do fundo. No período a rentabilidade acumulada da cotas foi de 5,04 %.

Não houve pagamento de amortizações no período. O fundo é avaliado pela Standard & Poor's, tendo suas cotas classificadas como brCCCF.

A Diretoria

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

18/Janeiro/2008

Ao Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

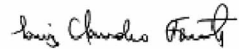
At.: Sr. Rafael Martins

Ref.: Parecer dos Auditores Independentes nº 50-2008-7

Prezado Senhor,

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.Sª., as Demonstrações Contábeis encerradas em 30 de Novembro de 2007 do Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

Atenciosamente,



Luis Cláudio Fontes

**Crédito Universitário Fundo de Investimento
em Direitos Creditórios** (administrado pela Mellon
Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários S.A.)

Demonstrações Contábeis acompanhadas
do Parecer dos Auditores Independentes

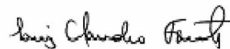
30 de Novembro de 2007


Parecer dos auditores independentes

Aos cotistas e ao administrador do Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) Rio de Janeiro (RJ):

1. Examinamos a demonstração da composição e diversificação de suas aplicações do Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios em 30 de Novembro de 2007, bem como a demonstração da evolução do patrimônio líquido do exercício findo em 30 de Novembro de 2007 (período de 15 de Janeiro a 30 de Novembro de 2007), elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira e a evolução do patrimônio líquido do Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios em 30 de Novembro de 2007 e a evolução do patrimônio líquido no período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 11 de Janeiro de 2008.



Terco Grant Thornton 
Auditores Independentes
CRC SP 2 SP 018.196/F-RJ

Luiz Cláudio Fontes
Sócio - contador
CRC RJ 032.470/O-9 T-PRS-RJ

Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
(administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

**Demonstração da composição e diversificação das aplicações
em 30 de Novembro de 2007**

(Em milhares de Reais)

Aplicações	Valor atual
Cotas de fundos de investimento	1.389
<i>Mellon FI Referenciado DI Longo Prazo II</i>	1.389
Direitos Creditórios	10.337
<i>Direitos creditórios a vencer</i>	10.098
<i>Direitos creditórios vencidos</i>	770
<i>Provisão para devedores duvidosos</i>	(531)
Valores a receber	3
<i>Despesas antecipadas</i>	3
<i>Total do ativo</i>	11.729
Exigibilidades	17
<i>Taxa de administração</i>	3
<i>Outros</i>	14
Patrimônio líquido	11.712
<i>Total do passivo e do patrimônio líquido</i>	11.729

As notas explicativas do administrador são parte integrante das demonstrações contábeis.

Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
(administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstração da evolução do patrimônio líquido
período de 15 de Janeiro (início das atividades) a 30 de Novembro de 2007

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

Constituição	
Total de 1.100.000,000 cotas a R\$1,00 cada uma	1.100
Cotas emitidas	
10.023.333,731 cotas seniores	10.278
Patrimônio líquido antes do resultado do período	<u>11.378</u>
Resultado do período	
Receitas	<u>1.094</u>
Rendas de Direitos Creditórios	1.046
Rendas de aplicação em fundos de investimento	48
Despesas	<u>(760)</u>
Provisão para devedores duvidosos	(531)
Taxa de administração	(15)
Outras despesas operacionais	(214)
Excedente das receitas sobre as despesas	<u>334</u>
Resultado do período	<u>334</u>
Patrimônio líquido no final do período	<u><u>11.712</u></u>
Representado por 11.123.333,731 cotas seniores a R\$1,0529477	11.712

As notas explicativas do administrador são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas do administrador às demonstrações contábeis em 30 de Novembro de 2007 (período de 15 de Janeiro a 30 de Novembro)

(em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios foi constituído sob a forma condomínio fechado, iniciou suas atividades em 15 de Janeiro de 2007 e podem participar do Fundo na qualidade de cotista, Investidores Qualificados, bem como fundos de investimento das classes renda fixa e multimercado, desde que dentro dos limites impostos pelo citado normativo.

As aplicações do fundo estarão representadas, na forma da regulamentação específica, obedecendo aos requisitos de diversificação e composição da carteira estabelecidos na Instrução CVM nº 356/01, conforme se segue:

- a) No mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em compra de Direitos Creditórios;
- b) Até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em operações compromissadas com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- c) Até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- d) Até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- e) Até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- f) Até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em ativos de renda fixa, exceto cotas de Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);
- g) Até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em posições em caixa;
- h) Até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da carteira em cotas de fundos de investimento.

O fundo tem por objetivo alcançar a melhor valorização possível de suas cotas e retorno superior à média alcançada por investimentos tradicionais de renda fixa no mercado.

Simultaneamente, o Fundo procura adotar um comportamento ético e socialmente responsável em relação ao setor educacional, e disseminar o conceito social entre as entidades do setor educacional. Os objetivos do Fundo são alcançados por meio da aplicação de recursos em Direitos Creditórios oriundos de empréstimos a alunos de instituições de ensino, viabilizando o acesso destes à educação.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do cedente, da instituição administradora ou do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Poderá ocorrer perda do capital investido ou mesmo ao aporte de capital, em decorrência de adoção de política de investimento agressiva pela instituição administradora, considerando o perfil de investimento do Fundo previsto no seu regulamento.

A gestão da carteira do fundo é realizada pela Ideal Invest S.A.

2. Elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras decorrem das normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), entre estas práticas, destacam-se as seguintes:

a) Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento foram atualizados, diariamente, pelo valor da quota divulgada pelo administrador.

b) Direitos Creditórios a vencer

São avaliados pelo seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério pro rata temporis. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos Direitos Creditórios.

c) Direitos Creditórios vencidos e não pagos

Estão integralmente registrados pelo valor contratado, acrescido dos rendimentos até a data do seu vencimento.

d) Provisão para devedores duvidosos

Os Direitos Creditórios são classificados de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2682/99 do Banco Central do Brasil, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações.

O Fundo considera como perda todos os Direitos Creditórios em atraso superior a 180 dias. Nestes casos, efetua a provisão da integralidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo.

Caso os Créditos inadimplentes sejam de alguma forma, recuperados após o provisionamento, estes são destinados exclusivamente e integralmente ao Fundo sendo revertida a provisão anteriormente constituída.

3. Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo pode realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

No período de 15 de Janeiro (início das operações) a 30 de Novembro de 2007 o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

4. Rating

O Fundo é avaliado por empresa de rating especializada, tendo sido contratada para avaliação a Standard & Poors, que atribuiu o rating brCCCF às cotas na sua escala nacional.

5. Direitos Creditórios

O Fundo aplicará seus recursos em Direitos Creditórios ("Direitos Creditórios") vincendos, decorrentes de "contratos de empréstimos", oriundos do segmento educacional ou de instituições financeiras, que podem ser:

- a) Contratos de créditos direto ao consumidor, que tenham como parte clientes que buscam crédito para pagamento de prestação de serviços educacionais ("clientes") e instituições financeiras regularmente autorizadas pelo Banco Central do Brasil ("cedentes");

- b) Contratos de mútuo, que tenham como parte alunos ou seus representantes (“clientes”) e instituições de ensino (“cedentes”), sempre com o escopo de financiar débitos advindos de serviços educacionais já prestados.

Os Direitos Creditórios serão sempre adquiridos pelo Fundo, por meio de contratos de cessão de Direitos Creditórios (individualmente, “contrato de cessão”) celebrados com as cedentes.

São adquiridos Direitos Creditórios que apresentem os seguintes critérios de elegibilidade:

- a) Prazo máximo de 100 meses de duração;
- b) No mínimo, um co-obrigado, fiador ou avalista com CPF em situação regular, este critério é observado pela gestora na escolha dos ativos para o Fundo, não sendo passível de verificação pelo custodiante;
- c) O cliente deve ser residente no Brasil e possuir CPF em situação regular, este critério é observado pela gestora na escolha dos ativos para o fundo, não sendo passível de verificação pelo custodiante.

6. Gerenciamento de riscos

O Fundo deve aplicar preponderantemente em Direitos Creditórios, no entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos Fundos de Investimentos. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio. Além disto, para o recebimento dos recursos oriundos dos Direitos Creditórios, depende-se da solvência dos devedores, que poderá ser afetada pelo desempenho da economia.

7. Composição da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)

<i>Contratos</i>	<i>Parcelas</i>		<i>PDD</i>	<i>PDD</i>
	<i>A vencer</i>	<i>Vencidos</i>	<i>%</i>	<i>Valor</i>
<i>A vencer e vencidos até 14 dias</i>	<i>8.477</i>	<i>63</i>	<i>0,5</i>	<i>43</i>
<i>Vencido entre 15 e 30 dias</i>	<i>863</i>	<i>105</i>	<i>1</i>	<i>10</i>
<i>Vencido entre 31 e 60 dias</i>	<i>303</i>	<i>72</i>	<i>3</i>	<i>11</i>
<i>Vencido entre 61 e 90 dias</i>	<i>248</i>	<i>96</i>	<i>10</i>	<i>35</i>
<i>Vencido entre 91 e 120 dias</i>	<i>136</i>	<i>96</i>	<i>30</i>	<i>69</i>
<i>Vencido entre 121 e 150 dias</i>	<i>22</i>	<i>36</i>	<i>50</i>	<i>29</i>
<i>Vencido entre 151 e 180 dias</i>	<i>7</i>	<i>50</i>	<i>70</i>	<i>40</i>
<i>Superior a 180 dias</i>	<i>42</i>	<i>252</i>	<i>100</i>	<i>294</i>
	<i>10.098</i>	<i>770</i>	<i>-</i>	<i>531</i>

8. Emissão, resgate e amortização de cotas

As cotas do Fundo, expressas em Reais, serão nominativas, escriturais e mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares.

As cotas emitidas pelo Fundo serão, inicialmente, de uma única série e classe.

As cotas conferirão a seus titulares iguais direitos e obrigações. O valor mínimo para subscrição é de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil Reais).

As cotas serão emitidas pelo valor de R\$ 1,00 (um Real) na emissão inicial. O valor das cotas do fundo será apurado através da divisão do patrimônio líquido do Fundo, já deduzidas as taxas e despesas devidas pelo Fundo, pelo número de cotas emitidas, no fechamento de cada dia.

Não haverá resgate de cotas a não se por ocasião do término do prazo de duração do Fundo ou na sua liquidação.

A amortização das cotas do fundo atenderá o disposto na regulamentação vigente. Após os 12 primeiros meses da emissão inicial, a administradora, mediante recomendação expressa da gestora, semestralmente, poderá realizar amortizações, devendo, para isto, comunicar por escrito cada cotista por carta ou por meio de anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, com um prazo mínimo de três dias da data estabelecida para crédito da efetiva amortização. O valor a ser amortizado será sempre igual ou inferior ao valor total disponível no caixa do Fundo na data de definição da amortização. O valor em caixa após a amortização deverá ser igual ou superior ao valor estimado dos encargos do Fundo pelos próximos 30 dias.

9. Distribuição de resultados

Os resultados auferidos são incorporados ao patrimônio com a correspondente variação do valor das cotas, de maneira que todos os condôminos deles participem proporcionalmente à quantidade de quotas possuídas.

10. Taxa de administração

A taxa de administração é devido pelo Fundo à administradora e aos demais prestadores de serviços de administração, o montante equivalente a 0,3% a.a. (três décimos por cento ao ano) sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, provisionado diariamente e pago mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente.

11. Custódia dos ativos integrantes da carteira

Os títulos representativos dos Direitos Creditórios são custodiados sob responsabilidade do Deutsche Bank S.A. As cotas de investimento são custodiadas pelos respectivos administradores.

12. Rentabilidade

A rentabilidade no período foi a seguinte:

<i>Data</i>	<i>Rentabilidade</i> <i>(%)</i>
<i>Período de 15/01 a 30/11/07</i>	<i>5,29</i>

13. Tributação

a. Imposto de renda

Os rendimentos auferidos serão tributados pelas regras a seguir.

Seguindo a expectativa da administradora e da gestora de manter a carteira do Fundo de longo prazo, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, de acordo com o prazo de aplicação contado entre a data de aplicação e a data do resgate:

- I. 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- II. 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- III. 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
- IV. 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

14. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que o administrador, no período, não contratou nem teve serviços prestados pela Terco Grant Thornton Auditoria e Consultoria S.A. relacionados aos fundos de investimento por ele administrados, que não aos serviços de auditoria externa em patamares superiores a 5%, do total dos custos de auditoria externa referentes a estes Fundos. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

15. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais quer na defesa dos direitos dos cotistas quer destes contra a administração do Fundo.



CRÉDITO UNIVERSITÁRIO FIDC

RELATÓRIO TRIMESTRAL ENCERRAMENTO – JUNHO/2008

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



CRÉDITO UNIVERSITÁRIO FIDC

RELATÓRIO TRIMESTRAL – INCERRAMENTO – JUNHO/2008

1 - Análise de Investimento

2 - Análise de Compliance com a Legislação e diversificação da carteira

3 - Taxas utilizadas nas Operações

4 – Verificação do lastro dos direitos creditórios que integram a carteira do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CRÉDITO UNIVERSITÁRIO FIDC
Relatório Trimestral – Encerramento Junho/2008

1) ANÁLISE DE INVESTIMENTO

- ✓ Durante o período de Abril a Junho de 2008, o CRÉDITO UNIVERSITÁRIO FIDC apresentou uma performance dentro das nossas expectativas de médio prazo.

2) ANÁLISE DE COMPLIANCE COM A LEGISLAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

- ✓ O Fundo em epígrafe manteve, durante o trimestre, sua carteira aplicada em direitos creditórios e cotas de fundos de investimentos Referenciado DI. Cabe esclarecer que o fundo manteve-se desenquadrado conforme informado em no Relatório do primeiro trimestre, informamos que em 31/07/2008 o fundo encontrava-se enquadrado.
- ✓ A análise de Compliance para o período supracitado identificou que a carteira encontrava-se desenquadrada com relação aos limites de composição e diversificação de portfólio estabelecidos no Regulamento e na Instrução Normativa nº 356, consolidada pela Instrução Normativa nº 393 da Comissão de Valores Mobiliários.

3) TAXAS UTILIZADAS NAS OPERAÇÕES

- ✓ O fundo realizou operações novas durante o período supracitado, utilizando uma taxa média compatível com o mercado para o setor, conforme a análise de risco-retorno destas operações.
- ✓ Dada a natureza dos direitos creditórios, estes estão precificados conforme a sua curva de aquisição. Assim, como a parcela de juros da série de pagamento de um contrato de compra e venda de direitos creditórios pode variar de acordo com o período, a taxa utilizada pode também variar. Os demais ativos da carteira são precificados de acordo com o manual de precificação da Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.

4) VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS QUE INTEGRAM A CARTEIRA DO FUNDO

- ✓ O custodiante verifica trimestralmente o lastro dos direitos creditórios que integram a carteira do Fundo através do procedimento descrito no arquivo anexo:

Parâmetros indicados para determinar a amostra dos recebíveis:

1. O Custodiante deve analisar trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os Clientes dos respectivos Direitos Creditórios selecionados;

2. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo escopo detalhado:

2.1 - Obtenção de base de dados analítica por recebível;

2.2 - Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo;

2.3 - Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao Fiel Depositário;

2.4 - Verificação da documentação acessória representativa dos direitos creditórios (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);

2.5 - Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;

2.6 - Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;

2.7 - Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao Fiel Depositário.

3. para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos Creditórios.

Fórmula para seleção da amostra:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 :
Erro Estimado

A :
Tamanho da Amostra

N :
População Total

n_0 :
Fator Amostral



✓ Segue parecer do Custodiante.



Deutsche Bank



São Paulo, 29 de setembro de 2008.

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900
São Paulo SP Brasil 04538-132

Tel 55 11 2113-5000

Tel direto 55 11 2113-5907
Fax direto 55 11 2113-5170

A
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Avenida Presidente Wilson, 231, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
20030-905

At.: Sr. Danilo Ribeiro

Ref. Manifestação quanto ao relatório trimestral de verificação de lastro dos direitos creditórios
Crédito Universitário FIDC

Prezados Senhores,

Tomando por base o "Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados" de emissão da KPMG Risk Advisory Services Ltda. ("KPMG") datado de 14 de agosto de 2008, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, na qualidade de custodante ("Custodiante") do Crédito Universitário FIDC ("Fundo"), tece as seguintes considerações.

Considerando a metodologia para verificação do lastro dos direitos creditórios definido previamente pelo Custodiante, foram observadas as inconsistências abaixo relatadas no procedimento de verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao Fiel Depositário.

Os contratos não apresentados representam 2% (dois por cento) do universo analisado, portanto, dentro da margem de erro definida na metodologia adotada pelo Custodiante, e a divergência encontrada entre a base de dados do Custodiante e os Contratos apresentados, no que tange o valor de algumas parcelas, não tem relevância frente ao valor total do Patrimônio Líquido do Fundo.

Atenciosamente,

DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO

Valquiria Batagioti Matsui
Domestic Custody Services

Ricardo Nascimento
Executivo de Custódia

CRÉDITO UNIVERSITÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

(“FUNDO”)

CNPJ nº 08.417.544/0001-65

Administradora

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, Rio de Janeiro - RJ

Gestora

IDEAL INVEST S.A.

Rua Pinheiros, nº 870, 4º andar, São Paulo - SP

Custódia, Controladoria e Tesouraria

DEUTSCHE BANKS S.A. - BANCO ALEMÃO

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, São Paulo - SP

Assessoria Legal

SPALDING ADVOCACIA EMPRESARIAL

Rua 7 de Setembro, nº 71, 20º andar, Rio de Janeiro - RJ

Auditoria

TERCO GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES

Avenida das Nações Unidas, nº 13.797, São Paulo - SP

Agência Classificadora de Risco

STANDARD & POOR'S

Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1.253, São Paulo - SP

Este Prospecto está disponível no Website:

www.luzpublicidade.com.br



(11) 3121-5555